

## VISITA HISTÓRICA



Os dois chefes de Estado que nestes dias simbolizaram e deram expressão à amizade entre os dois povos

Pág. 3

## manif. NACIONAL

15 Outubro/83

**NÃO  
AO  
ROUBO**

DOS SALÁRIOS  
DOS POSTOS DE TRABALHO  
DO 13.º MÊS  
DO NOSSO SUSTENTO  
DAS NACIONALIZAÇÕES  
DA REFORMA AGRÁRIA



CGTP-INT

## O Governo demite-se das suas responsabilidades e as Câmaras é que pagam



Pág. 6

Na mesa que presidiu aos trabalhos das Novas Jornadas sobre loteamentos ilegais, os treze presidentes das Câmaras do distrito de Setúbal

## Álvaro Cunhal na Guarda

Amanhã e depois o Secretário-Geral do PCP estará na região da Guarda, onde participará na inauguração de dois novos Centros de Trabalho e discursará num comício naquela cidade.

Pág. 3



**Quem pode estar  
contra a luta deles?**

Págs. 4/5

## Suplemento

Avante!  
Ano 53 - Série VII - N.º 510  
13 de Outubro de 1983  
Suplemento n.º 76  
Não pode ser vendido  
separadamente



**ANO  
ESCOLAR  
COM  
MARCA  
VELHA**

*Aulas  
a tempo  
e horas  
e pedir  
de mais?*



**ANTI-SOVIETISMO  
UMA POLÍTICA CONTRÁRIA  
AOS INTERESSES NACIONAIS**



## DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES PARA VENCER A CRISE

Págs. centrais

## SEMANA

4  
Terça-feira

Comunicação social protesta

Os trabalhadores da comunicação social manifestaram-se em Lisboa e Porto contra a política do governo PS/PSD para o sector. Parte de Lisboa rumo ao «Havre» do cruzeiro «Leão Tolstói» em que viajam 340 jovens de todos os continentes que pretendem levar a todo o mundo a sua mensagem a favor da paz. Os trabalhadores da CP fazem greve exigindo o pagamento de salários. O ministro das Finanças oferece «condições generosas» à banca internacional, como a abertura de bancos privados em Portugal, a troca de novo empréstimo de 300 milhões de dólares. Greve de 24 horas na Argentina paralisa todo o país exigindo melhores salários e contra a política de «submissão e dependência» ao estrangeiro. O vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros chega a Pequim para conversações sobre a normalização das relações entre os dois países.

5  
Quarta-feira

O Presidente da República preside às cerimónias comemorativas do 5 de Outubro, data da implantação da República. Realiza-se no Porto um encontro das Comissões Unitárias de Mulheres que decidem dinamizar a luta contra a carestia. Segundo a Anop, o ministro da Saúde, Maldonado Gonet, decidiu suspender a categoria de «hospital distrital» ao Hospital do Fundão, o que terá implicações nos serviços prestados. O presidente das Filipinas assina o decreto que instaura a pena de morte por participação em manifestações não oficiais. O Brasil anuncia que vai tentar alargar os prazos para pagamento da sua dívida externa.

6  
Quinta-feira

A Comissão Permanente da Assembleia da República reconhece por unanimidade a prioridade da interpelação do PCP ao governo sobre política económica. O Conselho de Ministros aprova o diploma que permite a suspensão do contrato de trabalho e a redução dos períodos de trabalho, conhecido por «lay off». Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pescas denunciam à imprensa a situação dramática em que se encontram, sem salários há sete meses. O prémio Nobel da Paz é atribuído em Oslo a Lech Walesa, ex-dirigente do «Solidariedade», o que é considerado em diversos sectores como uma provocação à Polónia. Descobre-se em Madrid que a Espanha vende armamento ao regime racista da África do Sul. O governo sionista autoriza a instalação de novos colonatos israelitas na Margem Ocidental do Jordão.

7  
Sexta-feira

Samora Machel

Chega a Lisboa em visita oficial de seis dias o presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel. A Comissão pró-sindical da PSP marca a assembleia constituinte da sua associação profissional/sindical para as três últimas semanas de Novembro. Um porta-voz de Belém informa que Eanes solicitou ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da lei que cria o imposto extraordinário de 2,8% com efeitos retroactivos. Os trabalhadores do sector nacionalizado consideram impossível vencer a crise económica sem ele e muito menos contra ele. A Angop informa que as FAPLAS liquidaram quarenta bandidos da Unita. Pinochet proibe as manifestações no Chile previstas para dia 11 do corrente. É preso na Argentina o ex-governador das Malvinas.

8  
Sábado

Clandestinos em debate

Samora Machel afirma em encontro com empresários portugueses que Portugal pode ser um bom parceiro para Moçambique e que em vários sectores é possível a complementaridade das economias dos dois países. Termina em Vila Nova de Azaião as novas Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos. O IV encontro dos trabalhadores das empresas nacionalizadas e participadas termina em Lisboa concluindo que é necessário defender e lutar pelo sector. Os sociais-democratas da Baviera, na RFA, votam contra a instalação de mísseis no seu país. Yasser Arafat alerta para a possibilidade de nova ofensiva contra os guerrilheiros palestinos no Líbano.

9  
Domingo

Samora Machel visita a Batalha, Coimbra e o Porto, onde é entusiasticamente recebido pelo povo português. Abre em todo o país a época da caça. A Comissão Nacional do MDP/CDE e conclui que no sector da economia o governo PS/PSD agrava a ruína política da AD. Reúne pela última vez o gabinete de ministros de Begin, sem a presença do ex-primeiro-ministro israelita. Segundo sondagens publicadas em Londres o Partido Trabalhista Britânico aumentou de popularidade desde a eleição do seu novo dirigente. Vários ministros sul-coreanos morrem vítimas da explosão de uma bomba em Rangun, capital da Birmânia; o ditador da Coreia do Sul escapou ao atentado por ter chegado atrasado ao local onde a bomba explodiu.

10  
Segunda-feira

Duzentos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande iniciam uma Marcha de Fome até Lisboa para denunciarem a gravidade da situação em que se encontram. No final de um almoço com Mário Soares, Samora Machel alerta para que a cooperação entre Portugal e Moçambique não pode ter sentido único. O Secretário de Estado do Emprego anuncia mais despedimentos e o desvio de 14 milhões de contos do Fundo de Desemprego para tapar os buracos da política do governo. Andrei Gromyko e o seu homólogo da RFA encontram-se em Viena no próximo fim-de-semana. O novo governo israelita, aprovado por metade do parlamento, é o velho governo de Begin sem Begin. O Líbano e a Síria acordam no envio de 600 observadores gregos e italianos para vigiar o cessar-fogo no Chuf.

11  
Terça-feira

Centenas de políclínicos provenientes de hospitais de todo o País concentram-se em frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa, como forma de protesto contra a ameaça de desemprego que paira sobre dois mil jovens médicos. Recobendo manifestações de solidariedade e apoios de várias ordens, os vidreiros da Marinha Grande prosseguem a sua Marcha contra a fome em direcção a Lisboa. O presidente Samora Machel recebe em Queluz a direcção de Associação 25 de Abril e ainda os dirigentes dos principais partidos. Mário Soares e Mota Pinto apadrinham a conferência anticomunista reunida em Lisboa e que dá pelo nome de Audiência Sakharov. A população de Santiago do Chile volta a manifestar-se contra o regime fascista de Pinochet, exigindo o regresso à democracia. Altos funcionários da NATO admitem em Bruxelas que operadores norte-americanos e diversos componentes dos mísseis Pershing II e de cruzeiro já se encontram em bases instaladas na Europa.

## Editorial

## UMA VISITA HISTÓRICA

O ano de 1983 tem sido para Portugal de Abril um ano de reencontros férteis com o passado próximo e remoto.

Uns trazem para os nossos dias acontecimentos de séculos. Chegam até nós com a pátria dos tempos, deplados da ganga subjectiva do acessório e das paixões da época, mas conservando intacta para a posteridade toda a sua carga catalizadora das grandes convulsões da História.

Outros trazem ainda consigo o cheiro do sangue vertido em batalhas recentes, o eco de grandes transformações no mundo dos nossos dias, num processo em desenvolvimento de que somos ainda comparsas mas que é irreversível no seu profundo sentido humano e histórico. Dos primeiros relembramos há dias, na inolvidável Festa do «Avante!», a revolução popular de 1383/85 — o evento que abaiou os alicerces das arcaicas estruturas do feudalismo em Portugal, a epopeia popular e nacional que afirmou pela primeira vez nesta pequena faixa atlântica do Sudoeste Europeu — uma lição precursora para os dias actuais — o papel determinante das massas populares, da arria miúda, na liquidação do velho e no triunfo do novo, o salto revolucionário que permitiu aos portugueses da época darem durante quase dois séculos um contributo singular para o avanço de uma concepção universalista do mundo.

Dos segundos queremos destacar a histórica visita que acaba de fazer a Portugal, a convite do Presidente Ramalho Eanes, o Presidente da República Popular de Moçambique, o camarada Samora Moisés Machel — uma visita destinada a repercutir fortemente no estreitamento das relações de amizade e cooperação entre os povos português e moçambicano e que se insere no irrevogável processo de liquidação do sistema de opressão colonial e do racismo sob a luta irresistível dos povos submetidos.

A visita de Samora Machel, que ontem terminou, e o extraordinário acolhimento que lhe foi dado pelo Povo português foram um complemento necessário da gesta libertadora da luta do Povo moçambicano e do 25 de Abril.

Pode-se afirmar que o entusiástico acolhimento do Povo português ao Presidente Samora Machel constitui uma nova e estrondosa derrota do colonialismo em Portugal.

Para os que ainda alimentavam dúvidas, este acontecimento marcante nas relações entre os povos dos dois países permitiu uma reafirmação retumbante do carácter inseparável da Revolução de Abril em Portugal e da guerra emancipadora e vitoriosa dos povos agora independentes, de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe contra o domínio colonial português — duas componentes de um mesmo processo libertador e revolucionário que pôs termo para sempre nos nossos países ao fascismo e ao colonialismo.

Como justamente disse o Presidente Machel na Assembleia da República — parafraseando a conhecida legenda de que «não pode ser livre um povo que oprime outro povo» — a libertação do Povo moçambicano representou também a libertação do Povo português.

## PCP

## Grupo de trabalho do PCP visitou Espanha

A convite do Comité Central do PCE visitou a Espanha, de 4 a 6 de Outubro, um grupo de trabalho do PCP constituído por Domingos Lopes, da Secção Internacional e colaborador do CC, e Moura da Silva, colaborador do CC. O grupo de trabalho foi recebido por uma delegação do PCE dirigida por Jaime Ballesteros, vice-secretário-geral, e que integrava José Maria Coronas, do Secretariado e do Executivo do CC, Marcos Ana, do CC e da Secção Internacional, José Luís Buhigas, do CC e da Co-

missão de Defesa e Lucía García, do CC.

Durante a sua estadia em Espanha aquele grupo de trabalho do PCP visitou a cidade de Saragoça onde foram recebidos por uma delegação do Comité Central do Partido Comunista de Aragão, dirigida pelo seu Presidente, António Rosel, e pelo secretário-geral Adolfo Burriel.

Em ambas as entrevistas procedeu-se a uma troca de opiniões sobre aspectos da situação internacional, nomeadamente sobre os graves perigos que ameaçam a paz mundial,

resultantes da política agressiva da Administração Reagan e particularmente dos seus planos de instalação de novos mísseis na Europa, a que ambos os partidos se opõem resolutamente.

De igual modo procedeu-se também a uma ampla troca de experiências na luta pela paz, pelo desarmamento e o desarmamento nos seus respectivos países.

As duas partes apreciaram positivamente este encontro que se insere no espírito de amizade e colaboração existente entre os dois partidos.

## Grupo de estudo do PCP na Checoslováquia

De 23 a 30 de Setembro visitou a Checoslováquia um grupo de estudo do Partido Comunista Português no domínio da Siderurgia e da Metalomecânica Pesada, composta pelos camaradas João Abel Freitas, Franklin Pereira e António Marques de Oliveira.

O grupo de estudo do PCP realizou diversos encontros e visitas de trabalho. Designadamente, encontrou-se com o ca-

marada Klein, vice-responsável da Secção de Política Externa do PChC, com o camarada V. Jancusek, Chefe do Departamento da Indústria do CC do PC da Checoslováquia e outros camaradas responsáveis do mesmo Departamento e, no Ministério da Siderurgia e Indústria Mecânica Pesada, com os camaradas Svic, 1.º vice-ministro e Zica, vice-ministro para as questões técnicas e os res-

pectivos directores do Ministério.

O grupo de estudo visitou as fábricas Sonpladno, CKDN e Tos Hostivar, na região da Praga, e a fábrica de máquinas agrícolas de Roudnice. Nestas empresas tiveram lugar visitas às instalações produtivas e sociais, tendo o grupo de estudo tomado contacto com os problemas tecnológicos, de gestão e de mercado, bem como com a forma de participação dos trabalhadores no controlo das metas fixadas pelo Plano para o ramo e respectivas empresas e a sua intervenção na fixação daquelas metas.

Esta visita teve lugar no quadro das relações de fraterno amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia.

estão no fulcro da amizade e do entendimento entre os povos de Portugal e de Moçambique.

A visita do camarada Samora Moisés Machel a Portugal a convite do general Ramalho Eanes enche de alegria os trabalhadores, o povo de Portugal e os comunistas portugueses.

A visita do Presidente Samora Machel abre insuspeitadas perspectivas de uma frutuosa cooperação económica e cultural com Moçambique, de passos ainda mais sólidos e definidos no estreitamento de relações amigáveis entre os dois povos.

Mas não pode nem deve ser uma cooperação puramente mercantilista, desligada da situação concreta que se vive na África Austral, onde um foco nazi-fascista da natureza colonialista e racista, representado pelo regime do «apartheid» da África do Sul, constitui uma ameaça permanente à segurança e integridade dos novos Estados africanos e à vida das populações fronteiriças.

O regime de Botha tem a cumplicidade e o apoio activo do imperialismo americano e dos círculos mais reacçãoários do capitalismo internacional.

A ocupação terrorista de uma vasta zona da terra angolana na fronteira com a Namíbia — que os racistas da África do Sul, potência dita «protectora», se recusam a abandonar contra a imperativa decisão do Conselho de Segurança da ONU e da Assembleia das Nações Unidas — as frequentes incursões armadas e a chacina de populações indefesas das zonas limítrofes do interior de Moçambique, o apoio a movimentos fantoches que servem de cobertura à ocupação, expansão e incursões terroristas da África do Sul, não podem ser indiferentes ao Povo português e aos governos de Portugal.

É incompatível com uma cooperação frutuosa entre o nosso país e os novos países africanos de expressão portuguesa, o apoio indistigado e real dado em Portugal aos traidores da chamada Resistência Moçambicana e da Unita por círculos ligados à área do Poder, o consentimento tácito das suas actividades e representação efectivas no território nacional por parte de autoridades portuguesas.

A estes grupos provocadores e mercenários é dada frequentemente na imprensa fascista e fascizante, e mesmo por vezes nos órgãos de comunicação social do Estado, possibilidades de fazer ouvir a voz contra os seus próprios países, com os quais Portugal mantém relações amigáveis e se propõe dar realização prática a projectos de cooperação.

A visita do Presidente da República Popular de Moçambique, saudada com entusiasmo pelos sectores mais variados da população portuguesa, coloca ainda com mais força a necessidade de uma acção enérgica e consequente com os compromissos assumidos contra as actividades hostis aos novos países africanos no território português.

A visita histórica de Samora Machel, que ontem deixou Portugal, pode e deve ser novo factor de revigoreamento das relações de amizade, cooperação e entendimento entre o nosso país e o Estado moçambicano, entre Portugal de Abril e os novos Estados de expressão oficial portuguesa.

É um imperativo histórico que não pode ser sofismado.

## COMO AFASTAR A AMEAÇA QUE PAIRA SOBRE A EUROPA

Existe um equilíbrio estratégico-militar na Europa entre o Leste e o Oeste?

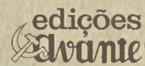
Porquê e em quê, a «dupla decisão» da OTAN sobre a arma

«euro-estratégica» e a «opção zero» são perigosas para a segurança europeia e para a paz em geral?

COMO AFASTAR A AMEAÇA QUE PAIRA SOBRE A EUROPA



É a estas e a outras perguntas semelhantes que este livro procura dar respostas.

edições 

 Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda, 31.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 778988 778750

Porto — Rua do Almada, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tragem do mês de Setembro: 43 540

Nacional

# Samora Machel em Portugal

## Uma visita de amizade uma porta aberta à cooperação

O Presidente da República Popular de Moçambique, camarada Samora Machel, partiu ontem de Lisboa, após uma visita de vários dias ao nosso país a convite do Presidente Ramalho Eanes. A visita do Chefe do Estado moçambicano a Portugal foi assinalada pela recepção calorosa que, ao longo dos dias e dos percursos e visitas, lhe reservou o povo português. Trazendo uma mensagem de amizade, de paz, anunciando as reais possibilidades de uma cooperação frutuosa entre os dois países e povos, o ilustre visitante foi entendido pelos portugueses que em muitos momentos o puderam aplaudir, abraçar e conversar com ele, quebradas as barreiras do protocolo. De Lisboa ao Porto, de Guimarães a Coimbra e à Batalha, o povo português, em manifestação absolutamente espontânea, estava lá. A dizer que, por sua vontade, a amizade, a compreensão, a cooperação, não são palavras vãs.

O Presidente Samora Machel chegou a Lisboa na tarde de sexta-feira passada, ao aeroporto da Portela, onde o aguardava o Presidente Ramalho Eanes e sua mulher, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, entre outras personalidades.

O Presidente moçambicano, que vinha acompanhado de sua mulher, Graça Machel, ministro de Educação da República Popular de Moçambique e por cinco membros do Governo (Joaquim Chissano, dos Negócios Estrangeiros, Jacinto Velloso, dos Assuntos Económicos, Armando Guebuza, do Interior, Rui Baltazar, das Finanças, e Prakash Rattilal, Governador do Banco de Moçambique), recebeu, no interior do edifício, cumprimentos de numerosas personalidades — membros do Governo, representantes de partidos políticos — entre os

quais o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP — e outras individualidades.

Acompanhado do Presidente da República Portuguesa e Manuela Eanes, o Presidente Machel e sua mulher foram conduzidos a Queluz, cujo palácio foi a residência do Presidente moçambicano durante a sua estada em Portugal. Tanto à sua chegada ao aeroporto como em Queluz, uma multidão numerosa aplaudiu o visitante.

Ainda nesse dia, no Palácio de Belém, houve um encontro formal dos dois chefes de Estado.

O dia seguinte começou com a visita à Câmara Municipal de Lisboa, em cujo Livro de Honra o Presidente Samora Machel inscreveu estas palavras significativas: «Paz e progresso para os nossos povos. Viva a nossa amizade».

Tanto ou mais do que nas recepções e visitas, a amizade entre os dois povos manifesta-

va-se na rua, com as saudações que o povo dirigia ao visitante e a que este, de bom grado e quebrando quase sempre o protocolo, correspondia, mantendo por vezes o diálogo com os populares.

«Em nome do povo de Lisboa», foi oferecida a Samora Machel a chave da cidade, pelo presidente do município da capital.

Após a visita à Câmara, regressado a Queluz, o Presidente moçambicano recebeu o Primeiro-Ministro português. Depois visitou os Jerónimos, onde depôs, no túmulo de Camões, uma coroa de flores.

Cumprindo o programa estabelecido, houve depois um almoço no Estoril com empresários, patrocinado pela Associação Industrial Portuguesa, o qual foi pretexto para um discurso em que o Presidente da RPM se referiu aos aspectos económicos da cooperação.

A tarde foi a visita à exposição que na Fundação Gulbenkian estava patente sobre a ilha de Moçambique. O Presidente Samora Machel conviveu com intelectuais de Lisboa.

Nessa noite, o Presidente Ramalho Eanes ofereceu a Samora Machel um banquete seguido de recepção, no Palácio da Ajuda. Ambos os presidentes pronunciaram discursos cujo traço dominante foi o da cooperação e da amizade entre os dois povos.

O Mosteiro da Batalha, a Universidade de Coimbra e o Porto, foram as etapas do dia seguinte.

Em dois helicópteros, os presidentes e a comitiva chegaram às 10 horas da manhã de domingo à Batalha, onde Sa-



Entusiasmo e carinho populares: uma constante — e uma prova da consciência, da maturidade e dos reais sentimentos do povo português

morra Machel depôs uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido. Com algum atraso, o visitante chegou a Coimbra onde o aguardava o Reitor da Universidade, muitas centenas de estudantes e populares que também aclamaram o Presidente de Moçambique, a quem foi oferecido, na sala do Senado um exemplar dos estatutos velhos da Academia. Seguiu-se a visita à Sala dos Capelos, à capela, à biblioteca joanina. E um almoço no Palácio de São Marcos.

E depois o Porto.

Também na capital do Norte o povo aguardava o Presidente Machel que chegou a Pedras Rubras ao fim da tarde, tendo de seguida visitado as caves do vinho do Porto. O visitante, que fora acompanhado na viagem de Coimbra para o Porto por Miguel Torga, teve oportunidade de sobrevoar o Douro e de observar a zona de cultura do vinho do Porto. À noite, no Palácio da Bolsa, Samora Machel jantou com industriais do Norte do País, após o que os dois presidentes partiram para Guimarães.

Já era madrugada e ainda dezenas de populares aguardavam a chegada do visitante a quem abraçaram antes de entrar no Palácio Ducal onde pernito. O Presidente Machel recebeu também os cumprimentos dos representantes autárquicos. Na manhã seguinte, antes de iniciar a viagem para Tancos teve um encontro protocolar com responsáveis autárquicos e com deputados do círculo de Braga.

De regresso a Lisboa, o programa da visita incluiu uma deslocação à Escola de Pára-Quedistas de Tancos. Em Sintra, o Primeiro-Ministro português ofereceu um almoço ao visitante, em que participaram membros do Governo e convidados do PSD e do CDS. Ao fim da tarde, Samora Machel recebeu em Queluz alguns dos signatários dos acordos de Lusaka — almirante Vítor Crespo, tenentes-coronéis Melo Antunes e Nuno Lousada e Antero Sobral. O programa findou com um jantar íntimo em Belém.

Anteontem, o Presidente Samora receberia em Queluz re-

presentantes do PSD, PCP e CDS (mais tarde caberia a vez ao MDP/CDE), assim como o Corpo Diplomático, seguindo-se um almoço com o Primeiro-Ministro. Participaria à tarde numa sessão solene na Assembleia da República, receberia a direcção da Associação 25 de Abril e ofereceria um jantar protocolar ao Presidente Ramalho Eanes.

Ontem, antes de partir, assinaria no Palácio da Ajuda com Ramalho Eanes documentos de acordo entre os dois países.

Terminava assim como começara, entre o entusiasmo e o carinho populares, uma visita que, sem receio do lugar comum, se deve considerar histórica, «depois de tantos séculos de colonialismo e de tantos anos de guerra», conforma sublinhar Alvaro Cunhal à saída do encontro com Samora Machel, no Palácio de Queluz. Uma visita que constituiu «um extraordinário êxito para a República Popular de Moçambique, para o Presidente Samora Machel e também para o Portugal democrático».

## Álvaro Cunhal no distrito da Guarda

Amanhã e depois o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, visita o distrito da Guarda, onde participará na inauguração de dois centros de trabalho do Partido — na Guarda e em Gonçalo. A visita terá como ponto alto o comício que se realiza na capital do distrito, no Cine-Teatro, na sexta-feira, às 21.30 horas.

O programa é o que segue:  
Dia 14 — sexta-feira — Inauguração do Centro de Trabalho da Guarda às 20.45 horas; às 21.30 horas do mesmo dia, comício no Cine-Teatro.  
Dia 15 — Sábado — em Gonçalo, (Gouveia) — Visita às «Cescope», às 11.30 horas; inauguração do Centro de Trabalho às 14.30.

## Sector da saúde critica Governo

Realizou-se no passado sábado um encontro de quadros do PCP responsáveis pelo trabalho no Sector da Saúde.

Do debate resultou como principal conclusão a de que a política do Governo Mário Soares-Mota Pinto, também na área da Saúde prossegue e agrava a política dos governos 'AD', designadamente com a promoção do sector privado em detrimento do sector público, falta de diálogo com os trabalhadores e suas estruturas representativas, desprezo pelo papel das populações na definição e controlo das linhas de

orientação para a resolução dos problemas assistenciais, manutenção da revogação feita pela «AD» da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde.

Anteontem teve lugar uma concentração de médicos polí-clínicos junto do Ministério da Saúde para reivindicarem a garantia do direito ao trabalho contra a ameaça de despedimentos que o ministro Gonelha anuncia. O encontro decidiu manifestar a sua inteira solidariedade com a luta destes jovens médicos e com os seus objectivos.

## «1383» Exposição e debate

Dois iniciativas associadas às comemorações do centenário da Revolução de 1383 e promovidas pela SIP da DORL decorrem no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa:

— Exposição de estudos de Rogério Ribeiro ilustrando a crónica de Fernão Lopes. A exposição poderá ser visitada até ao próximo domingo, das 12 às 22.30 horas.

— Debate «A Revolução de 1383, Problemas e Ensinamentos», com A. Borges Coelho, Paulo Varela Gomes e Rogério Ribeiro. O debate realiza-se hoje, às 21 horas, sendo antecedido da apresentação de algumas imagens em vídeo da peça de Virgílio Martinho «1383».

## Deputados do PCP no distrito de Faro

No próximo fim-de-semana, os deputados do PCP eleitos pelo círculo de Faro, camaradas Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, visitarão o distrito, cumprindo o seguinte programa:

### Na sexta-feira

Encontro em Faro às 11 e 30 horas com elementos da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul, a fim de fazerem um balanço ao início do ano escolar.

Encontro com os pescadores da Foz do Guadiana, em Mon-

te Gordo, às 16 horas, a fim de fazerem o ponto da situação em que se encontram depois da denúncia dos acordos com os espanhóis.

Encontro com os trabalhadores da Gelmar em Olhão às 21 horas no Sindicato das Conservas.

### No sábado

Visita a S. Marcos da Serra à zona dos incêndios, a fim de inventariar prejuízos e saber da situação concreta em que se encontram as populações afectadas.



## Adriano — memória de um militante artista

Passa um ano sobre o falecimento do camarada Adriano Correia de Oliveira. No dia 16 de Outubro de 1982, com apenas 40 anos de idade, o artista cujas canções fazem parte do património de uma geração que combateu o fascismo em Portugal ou no exílio, o cantor que cantou Abril pelo País fora desde as grandes salas às mais pequenas e recônditas, o militante comunista cuja disponibilidade, fraternidade e espírito de luta pudemos tantos de nós apreciar, deixava-nos. Foi em Avintes, há um ano. Um ciclo de vinte anos de canções fechava-se.

Militante do Partido, a sua voz de artista revolucionário tornou-se rara nos últimos anos, na televisão e na rádio, abafada por muitos dos que no Poder a temiam. Mas os antifascistas, os trabalhadores, os democratas acorriam a ouvi-lo e a vê-lo cantar nas iniciativas

das do PCP em que nunca quis deixar de participar. Hoje, os seus muitos milhares de amigos, pelo País, têm a sua memória nos discos que nos deixou.

Há um ano, a célula dos Cantores e a Direcção do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português salientava o «exemplo de generosidade e militância» de Adriano Correia de Oliveira que «não será esquecido no Portugal de Abril».

Há poucas semanas, no Alto da Ajuda, na primeira festa do «Avante!» onde o rão vimos, um auditório tirado de muitas dezenas de milhares de pessoas. Pelos amigos, enfim, pelos camaradas que, dando vida voz às suas canções, continuavam a luta que também foi sua.

# Multiplicam-se as razões para uma crescente participação na luta pela Paz

Se mais razões não houvesse, os factos das últimas semanas chegariam de sobra para nos alertar para a necessidade de reforçar — decisivamente — a batalha pela paz, e a nossa participação, aqui em Portugal, nessa batalha mundial.

A monstruosa acção de provocação e espionagem com o Boeing sul-coreano pode bem constituir como que um indicio exemplar dos perigos para a Humanidade que o aventureirismo belicista necessariamente comporta (ver artigo no Suplemento). Mas esta acção não surge isolada — nem o poderia ser. Insere-se numa verdadeira escalada de tensão provocada deliberadamente ou através da utilização e empolamento de qualquer facto susceptível de

«servir» essa escalada. E temos as provocações e a «estável» ingerência norte-americana na América Latina. Os esforços deliberados para fazer subir ainda mais de tom a já dramática situação no Líbano e no Médio Oriente. Até a utilização do atentado contra governantes do regime fantoche da Coreia do Sul, para acusar do facto o «comunismo internacional» e eventualmente «justificar» outros passos na escalada armamentista no Oriente,

onde os arsenais militares do imperialismo atingem níveis particularmente perigosos.

Em Portugal, a tónica é o preocupante alinhamento com esta política belicista dos EUA e as suas teorias da guerra-fria. Alinhamento que se traduz também em termos muito práticos.

E aqui cabe uma referência à entrevista televisiva de Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros. Não para qualquer análise do que foi dito — ou do muito que o não foi. Mas simplesmente para chamar a atenção para alguns factos.

Um primeiro, é que o sr. ministro teve sempre a boca cheia do «interesse nacional»,

Ficam-nos entretanto muitas dúvidas quanto ao real conteúdo de tal conceito quando nos vemos forçados a concluir, por exemplo, que no que respeita

**A entrevista de Jaime Gama na RTP, o desusado movimento nas Lajes, o impedimento dos jornalistas visitarem a Terceira, a subserviência pró-imperialista de Mota Pinto...**

à utilização das bases militares, e em particular no que se refere às Lajes, para além da cortina de palavras, o que há é que os EUA podem amplamente utilizar o nosso país como ponto de apoio para as «suas»

— muitas — guerras. Bastando para isso invocar que se trata de um episódio da luta universal entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. Como segundo a te-

oria de Reagan nada neste mundo escapa às fronteiras de tal definição, não sabemos o que será isso de análise «caso a caso» pelo governo português dos pedidos de Washington. Nem tão pouco o que quer dizer qualquer limitação de utilização, a armamento convencional, quando é do conhecimento comum que as Forças de Intervenção Rápida (e é disso que se trata, ou não é?...), estão apetrechadas com armamento nuclear.

Outro facto foi a deliberada fuga a questões muito concretas como: o apoio e cobertura de que em Portugal gozam os grupos de bandidos que actuam em Moçambique (e Angola) e o apoio formal do secretário-geral do PS, aliás também primeiro-ministro, ao traidor Eden Pastora. E quando se foge às questões, alguma razão há para isso.

Trata-se de palavras. Muitas vezes destinadas unicamente a encobrir factos. A verdade entretanto é que estes acabam por se impor por si. Concretamente, e voltando à questão da base das Lajes, não se pode deixar de assinalar — a desusada actividade nesta base, somando-se num mesmo dia 30 aviões de combate, e uma dúzia de cargueiros e aviões de reabastecimento. Ou ainda o impedimento de facto aos jornalistas que acompanharam a viagem presidencial aos Açores, de visitarem a ilha Terceira (exactamente onde está localizada a base norte-americana). Tudo isto quando se intensifica a intervenção norte-americana no Médio Oriente e a imprensa ocidental denuncia a chegada à Europa dos mísseis — ou seus componentes — cuja implantação a NATO determinou para fins deste ano, num passo deliberado rumo a uma perigosa nova escalada armamentista. Tudo puras coincidências? Será difícil acreditar.

criadoras da Juventude, do acesso progressivo ao desporto de massas e ao associativismo artístico e cultural (do programa do governo), o Governo PS/PSD prosseguindo na velha política de enfundamento aos interesses e desígnios do grande capital despreza as legítimas aspirações da Juventude a uma vida melhor, ao bem estar material e cultural».

Finalmente e após apelar para a participação dos jovens nas acções de massas do próximo sábado promovidas pela CGTP-IN, o documento sublinha que «a unidade e a luta dos jovens em defesa dos seus interesses específicos, a sua participação nas acções dos trabalhadores e do povo em defesa do 25 e Abril e das suas conquistas é o caminho para contribuírem para uma alternativa democrática que responda aos anseios da Juventude portuguesa».

## Pergunta a JCP

# Onde estão as «100 medidas» dos primeiros 100 dias do Governo?

A Comissão Executiva da Comissão Central da JCP emitiu recentemente um comunicado onde verbera duramente a política seguida pelo Governo PS/PSD, particularmente nos aspectos que mais afectam a Juventude portuguesa, em flagrante contraste com as promessas contidas no programa governamental, durante as eleições.

Após recordar que «abrir o caminho à juventude era o objectivo proposto» no programa actual do Governo, o documento da JCP afirma: «O Governo PS/PSD já demonstrou a sua vontade de prosseguir e agravar a velha política da 'AD'. Há que dizer, sem receio de errar, que o actual Governo PS/PSD, pelo que já fez e pelas intenções claramente expressas, não trará qualquer inovação à política de degradação da vida da juventude que tem sido seguida nos últimos sete anos».

«Onde estão as '100 medidas' para os primeiros 100 dias do governo?» — pergunta a JCP, que prossegue: «Em vez

de estabilidade nas escolas, novas formas de acesso ao ensino superior (medida 89), o novo ano lectivo iniciou-se uma vez mais sob o signo da confusão, da falta de instalações e professores; cerca de 50% dos candidatos ao ensino superior (mais de 12000 jovens) foram excluídos pelo famigerado sistema do 'numerus clausus'; avolumam-se os casos de abandono escolar face aos custos dos estudos, insustentáveis para milhares de famílias, e aos cortes no apoio social escolar».

O panorama da juventude no mercado de trabalho seria igualmente agravado, como sublinha a JCP: «Em

vez de estabilidade no emprego, da revisão da lei dos contratos a prazo por forma a combater a sua utilização abusiva (medida 80), da ocupação de jovens em busca do primeiro emprego (medida 97), do lançamento de esquemas de emprego especialmente para jovens (do programa do governo), os últimos meses foram marcados pelos ataques escandalosos aos direitos dos trabalhadores, pelo espectro do desemprego em massa provocado pelo chamado 'lay off', pelo não pagamento de salários, pela repressão nas empresas e pela ameaça de roubo de parte do 13.º mês, pelo corte de subsídio aos jovens que procuram o primeiro emprego».

Por outro lado «em vez de estabilidade na vida, do lançamento de esquemas de autoconstrução para jovens casais (medida 95), de estímulo à mobilização das energias

## Trabalhadores

# SÁBADO, DIA 15

## JORNADA DE LUTA POR TODO O PAÍS

Concentrações e manifestações, decididas em Plenário Nacional da CGTP-IN, concretizam-se no próximo sábado por todo o País. A jornada nacional de luta, que conta com um vasto apoio social, é dirigida contra a política do Governo PS/PSD, designadamente no que diz respeito às suas imposições e reflexos negativos nas condições de vida e trabalho da maioria da população. Distritos como Lisboa, Setúbal, Porto, Faro, Aveiro, Évora, Leiria, Beja, Coimbra, Braga e Viana do Castelo tinham anunciado até anteontem a sua adesão à jornada, não só nas sedes distritais, mas também concelhias como Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

O Plenário Nacional da CGTP-IN, que aprovou em 24 de Setembro a realização da jornada nacional de luta apontou as medidas «extremamente gravosas», que justificam inteiramente a adopção desta forma de luta contra um Governo e uma política, «que só se diferencia da AD por ser ainda mais violenta, mais ruinosa e mais destruidora para os interesses dos trabalhadores e do País».

Essas medidas são, segundo o Plenário Nacional, entre outras: a autorização legislativa para alterar a lei de delimitação dos sectores, a favor dos antigos monopolistas; estagnação e mesmo decréscimo da actividade económica, com o agravamento incontrolável das taxas de juro; aumento dos despedimentos e do desemprego; ataques aos direitos laborais, através da revisão da legislação, designadamente com a tenta-

tiva de revisão da lei da greve e da lei dos despedimentos; aumento permanente e incontrolado dos preços dos bens essenciais; bloqueamento da contratação colectiva e continuação do não pagamento dos salários em atraso; ameaças às liberdades e utilização de medidas repressivas contra os trabalhadores; aumento de impostos e lançamento de um imposto retroactivo sobre os salários já recebidos; não cumprimento das sentenças judiciais favoráveis aos trabalhadores, designadamente na Reforma Agrária e no sector da Informação; plano de domesticação e manipulação da Comunicação Social, designadamente através da repressão, da chantagem, da fome e da reposição da censura.

### Porto e Famalicão

Acções e tomadas de posição dos trabalhadores em

luta em empresas e sectores, documentos, saídos de reuniões e plenários e outras formas de adesão prometem para o próximo sábado grande adesão à jornada nacional de luta promovida pela CGTP. No Porto decorreu no dia 5 um Encontro contra o aumento do custo de vida. No mesmo dia, em Vila Nova de Famalicão, muitas centenas de trabalhadores concentraram-se junto à têxtil de Vermoim, empresa em greve pelo pagamento de salários em atraso, tal como a Sotex e a Carides. Aproveitando as comemorações do 5 de Outubro, os trabalhadores, designadamente operárias, dirigiram-se ao Presidente da República e aos ministros que o acompanhavam na deslocação, expondo a situação desesperada de muitos milhares de trabalhadores da região, especialmente do sector têxtil e da construção civil.

No Encontro do Porto, promovido pelas comissões unitárias de mulheres do distrito, na Junta de Freguesia do Bonfim, foi naturalmente ponto central o aumento galopante dos preços e das dificuldades. A miséria bate já à porta de muitas casas. O exauro que atingem os preços do leite, as tarifas da luz, os livros para as crianças foram casos focados pelo encontro. É vulgar o desespero

de famílias inteiras, dependentes de um salário que não é pago há meses. É vulgar o drama dos penhores, das dívidas que não se podem pagar, do dinheiro que não chega para utilizar transportes. E há ainda o roubo do 13.º mês, o *lay off* (o *bota-fora*), as ameaças de desemprego em massa, dos despedimentos colectivos.

As mulheres, que responsabilizaram o Governo pela extrema gravidade da situação e pelo agravamento que promete, não se limitaram naturalmente a constatar o que se passa. Foi reafirmado que as mulheres não podem cruzar os braços, que vale a pena lutar.

Uma grande consciência de que esta política de «austeridade» e desemprego atinge com brutalidade as camadas mais pobres da população e não vai resolver crise alguma, de que as mulheres são capazes de unir-se e lutar firmemente contra essa política, traduziu-se num apoio vivo e entusiástico à manifestação do dia 15 convocada pela CGTP. Nesse sentido, as 200 mulheres presentes no Encontro do Porto comprometeram-se a levar a cabo várias acções de esclarecimento e mobilização de outras mulheres, para que a jornada nacional de luta manifeste inteiramente o protesto popular e a recusa desta política antinacional.

## IV Encontro do sector público

### A ruína das nacionalizações não pouparia o sector

A maneira como decorreu o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Empresas Públicas, Nacionalizadas e Participadas no último sábado em Lisboa fez ressaltar mais uma vez que a entrega dos bens nacionais ao grande capital privado só tomará ainda mais graves as dificuldades do País. O capital financeiro, que já demonstrou durante muitos anos e continua a demonstrar onde estão os seus interesses e de que modo os defende, quer dominar os sectores básicos da economia, dispor principalmente da banca e dos seguros para impor a sua lei a todo o sector privado. A ruína das nacionalizações arrastaria consigo um número elevadíssimo de pequenas e médias empresas privadas. Não apenas as que vivem directamente do sector público e nacionalizado. A acumulação capitalista, cujos processos são conhecidos, não pouparia milhares de empresas privadas que a concentração monopolista de um modo ou de outro não tardaria a assaltar.

No principal documento aprovado pelo Encontro, que reuniu 1358 delegados e milhares de convidados no Pavilhão dos Desportos, sublinha-se que «as empresas nacionalizadas, pela dimensão e volume das compras que fazem, constituem mercados fundamentais para milhares e milhares de empresas, nomeadamente empresas privadas, constituindo condição de sobrevivência para muitas destas».

### Falências e desemprego

A situação económica do País já não tem em geral nada de recomendável. Os trabalhadores e também muitos pequenos e médios empresários sentem diariamente os resultados de uma política que ignora as

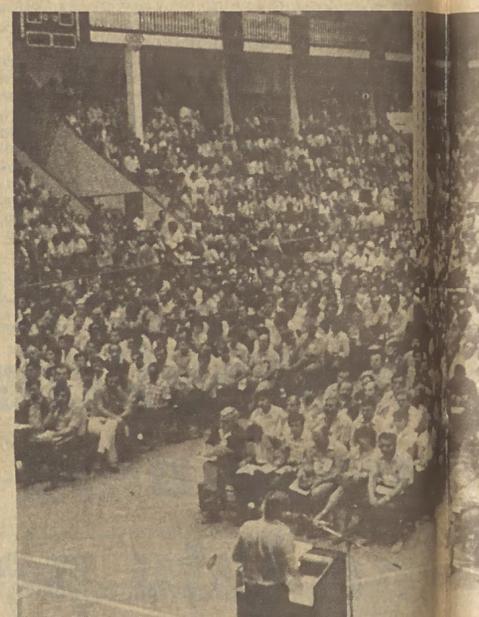
bases constitucionais do desenvolvimento e provoca estragos difíceis de reparar. Sabe-se que o sector público e nacionalizado, pela sua capacidade de investimento, pelo tipo de mercadorias que produz, pelos sectores que abrange, contribui decisivamente para o desenvolvimento de outros sectores e empresas, comprando e vendendo uma grande gama de produtos e serviços essenciais. Com essa capacidade entregue ao controlo directo do capital financeiro, do grande capital dos ex-monopolistas, como Mellos, Champallim, Bulhosos e outros dessa e de outras formadas, (veja-se o caso CIFA, onde mandam os Mellos) seria inevitável uma ainda mais acentuada quebra de investimentos, que aliás já consta das «instruções» do FMI,

um menor volume de aquisições a empresas privadas o que determinaria, como acentua a resolução final do Encontro, «falências em cadeia» e o «aumento vertiginoso do desemprego».

Sem o sector público, nacionalizado e participado da economia, frisa a resolução, é impossível combater a crise e vencê-la. É impossível «melhorar as condições de vida dos portugueses» entregando nas mãos do grande capital privado as grandes potencialidades do País. É preciso ver que, embora empreguem menos de 5 por cento da população activa, as empresas públicas, nacionalizadas e participadas «produzem cerca de 20 por cento de toda a riqueza nacional criada em cada ano» e contribuem com cerca de 30

cuperação do poder económico dos grupos financeiros, que sustentaram o capitalismo e dele se apropriaram, determinou uma série de acções conhecidas que vão desde a sabotagem económica e da fuga de capitais para o estrangeiro à intoxicação da opinião pública e à utilização de órgãos do Poder no sentido do desmembramento da viabilização, e da entrega das nacionalizações (de creativas, entendendo-se nos prejuízos ficariam para o Estado) ao grande capital financeiro, aliado à força internacional e às multinacionais.

Nessa ofensiva têm desempenhado papel de relevo os governos desde 1976. Enquanto procuravam preparar as condições de modo a apresentarem o



As nacionalizações serão defendidas - há forças para isso, acrescentam

## Patronato, gestores e Governo demonstram desprezo pela lei

Com várias alegações, que conduzem invariavelmente ao reconhecimento da incapacidade de gestão, ao desprezo pelas leis do trabalho, à descapitalização e ao aproveitamento do clima de insegurança no emprego que a política deste Governo se encarrega de estimular, patronato e gestores ameaçam com despedimentos colectivos, atrasam o pagamento de salários e não garantem a sua liquidação.

São numerosas as empresas nessas condições que afligem vários sectores produtivos, alguns de importância básica para o desenvolvimento do País.

### FAPAE (Phillips)

Sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores da FAPAE (Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos) com sede em Lisboa protestam contra a intenção patronal de encerrar três sectores da empresa, acabando com cerca de 90 postos de trabalho.

No dia 7 os trabalhadores concentraram-se em frente às instalações da Phillips, e dispõem-se a continuar a luta pelos seus empregos.

A administração (grupo Phillips), que há cerca de um ano encerrou a secção de vidraria alegando prejuízos, pretende agora deixar de produzir lâmpadas fluorescentes e de mercúrio, bem como os respectivos balastos, «substituindo estes artigos no mercado nacional por outros idênticos, importados da sede da Phillips na Holanda», revela o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, maioritário na empresa.

A Comissão de Trabalhadores e o SIESI «não aceitam que factores estranhos aos trabalhadores e exclusivamente imputados à gestão levem os trabalhadores a suportar a rentabilização ou o aumento dos lucros da empresa».

Por outro lado, os trabalhadores contestam a medida da administração, que «consideram altamente lesiva dos interesses nacionais, e têm apresentado diversas propostas de viabilização da empresa, todas elas garantindo os postos de trabalho». A administração da multinacional Phillips tem recusado as propostas dos trabalhadores.

### Gelmar

Declarada em «situação económica difícil» pelo Conselho de Ministros a Gelmar está ameaçada de despedimentos em massa pelo secretário de Estado do Comércio Interno. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, ao comentar aquela resolução do CM sublinha que a mesma não se baseia em quaisquer estudos prévios, e que se trata de «um conjunto de considerações e medidas contraditórias, ditadas pela carta de intenções imposta pelo FMI no quadro do ataque ao sector público e nacionalizado». Um estudo entretanto encomendado oficialmente para a viabilização da empresa afasta logo à partida quaisquer novos investimentos.

Segundo a Federação do Comércio, esse estudo da responsabilidade da comissão administrativa não merece qualquer confiança, pois a actual gestão durante três anos «desbaratou milhares e milhares de contos, levando a empresa à paralisação total, e apresentou um saldo de mais de 550 mil contos de prejuízos».

Enquanto consumia «dezenas de milhares de contos» de subsídios, a administração deixou a «empresa sem dinheiro para comprar matéria-prima e equipamento». Por pagar estão «milhares de contos de salários» e há processos pendentes nos tribunais por dívidas a fornecedores.

No seu estudo a comissão administrativa propõe, segundo a Federação, que «sejam lançados no desemprego 60 a 70 por cento dos trabalhadores, que seja encerrada a delegação de Olhão e que seja reduzida a actividade de todas as outras delegações».

A proposta da CA implica o despedimento de 350 a 450 trabalhadores.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e

Serviços, que distribuiu recentemente um extenso comunicado de análise à situação na empresa concluiu afirmando que «os trabalhadores da Gelmar, embora com fome, continuarão a lutar e a resistir às duras privações impostas pelo secretário de Estado do Comércio Interno» e pelo Governo PS/PSD.

### GEFA

Com o propósito de o despedir, a GEFA, empresa sueca com fábrica em Alhos Vedros, acaba de instaurar processos disciplinares a 58 trabalhadores, e anunciou a intenção de despedir uma trabalhadora a prazo ao mesmo tempo que contratava 12 novos trabalhadores. O Sindicato dos Têxteis afirma que a gerência tenta «amedrontar os trabalhadores», impedindo a realização de um plenário marcado para o dia 7, e recusando-se a negociar um caderno reivindicativo para revisão dos salários, alteração do regulamento do prémio de assiduidade e instituição de um subsídio de alimentação.

Remetendo as dificuldades da Sundlete para os trabalhadores e a banca, a administração esconde, por um lado, a sua real incapacidade, a sua incompetência e incompetência

### Sundlete

Na Sundlete é cerca de centena e meia de trabalhadores que está sob ameaça de despedimento. A administração tenta aplicar o *lay off* ainda antes de promulgado. Além disso desde Junho que os salários são pagos com atrasos. Falta ainda há poucos dias o pagamento de 75 por cento do subsídio de férias e, em 13 de Setembro pagaram apenas 50 por cento dos salários de Agosto, não se vislumbrando a data em que pagarão o resto.

Na tentativa de justificar esta situação, o patronato e os seus administradores, alguns pagos a peso de ouro, pretendem fazer crer que as dificuldades económicas da empresa se devem a «trabalhadores em excesso» e argumentam que a banca deixou de acreditar no futuro da empresa.

Remetendo as dificuldades da Sundlete para os trabalhadores e a banca, a administração esconde, por um lado, a sua real incapacidade, a sua incompetência e incompetência

e, por outro, o processo de descapitalização que ao longo dos últimos anos foi desencadeado na empresa, além das dificuldades criadas e avolumadas pelas lutas internas pelo domínio da empresa entre acionistas e os seus homens de mão.

### Sonafi

Na Sonafi, de São Mamede de Infesta, a produção esgotou-se, mas os débitos aos trabalhadores continuam. A empresa produz normalmente, mas quanto aos salários em atraso há promessas, mas nenhuma certeza.

### Construção de Lamego

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiros dos Distritos de Viseu e Guarda, «as empresas da construção civil em Lamego devem milhares de contos aos trabalhadores». Citando o caso da Carlos Rodrigues Lourenço, o Sindicato revela que essa empresa não paga os salários

mínimos legais, não pagou os retroactivos dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1983, conforme era obrigada pela nova tabela saída em Março desse ano. Não paga a 10 trabalhadores o subsídio de alimentação, nem nunca lhes pagou subsídios de férias, nem o 13.º mês. Não paga horas de deslocação. Não paga à Caixa de Previdência. Num apelo à luta, o Sindicato manifesta a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores com salários em atraso.

### CTM

A Companhia de Transportes Marítimos (CTM) continua em risco de desmantelamento. O conselho de gerência desta nacionalizada pretende criar quatro novas empresas e lançar no desemprego 45 por cento dos trabalhadores. Com um passivo da ordem dos 17 milhões de contos, gestão e Governo pretendem acabar com a empresa despedindo 1416 trabalhadores que consideram excedentários. A luta na empresa prosseguirá contra essa proposta de «solução global».

## NEM OS MÉDICOS ESCAPAM...

Médicos protestam contra a ameaça de despedimento. Anteontem, em frente ao Ministério da Saúde, de que é titular o tristemente célebre Gonalves, policlinicos da zona Sul, com apoio do Centro, concentraram-se em manifestação de protesto contra a política de saúde deste Governo que tem conduzido uma campanha contra o emprego dos jovens médicos na base falsa, que a CGTP considera «humor negro», segundo a qual haveria médicos a mais.

Ao denunciar alguns traços dessa campanha e da política que a patrocina, a *Inter* afirma a dada altura que «o Governo Soares/Mota Pinto, tal como os ex-AD, privilegia a medicina convencional, pretendendo colocar os serviços públicos como complemento e ao serviço dos lucros dos *tubarões da medicina*, em prejuízo manifesto dos utentes e da população em geral».

Por outro lado, «a CGTP interroga-se: que entendimentos haverá entre o ministro da Saúde e a Ordem dos Médicos, baluarte da medicina capitalista e inimigo acérrimo do Serviço Nacional de Saúde?»

Manifestando o seu apoio «a todas as lutas que se desenvolvem contra a política de saúde deste Governo», a Central salienta que «é a partir do relatório de Gonalves ao Conselho de Ministros, em Setembro passado, que o actual Governo desmascara as medidas fundamentais da sua política de saúde», segundo a qual haveria *médicos a mais*. Em-

bora, «com o actual índice de um médico para cerca de 420 habitantes», Portugal se encontra ao nível da Áustria, Bélgica e Suíça («no que diz respeito à relação estatística entre o efectivo da população e o total de médicos») a verdade é que «não há médicos em excesso, se olharmos para as necessidades da população. E se o Governo implementasse o Serviço Nacional de Saúde, tal realidade seria confirmada», adianta a CGTP.

«Mas o Governo não fala em repor a Lei de Bases do SNS, aprovada em 1979 na AR, da autoria do ex-ministro do PS, Arnaut, que mereceu o apoio generalizado das forças sociais mais importantes, incluindo a CGTP-IN. O Governo prossegue antes com a política da AD, que revogou aquela Lei em nome do slogan da *livre escolha do médico pelo doente* — como se pudesse haver escolha onde não há médicos, ou quando uma primeira consulta dum especialista custa três contos ou mais...».

A Central constata e condena «a completa ausência de participação dos trabalhadores da saúde no planeamento, gestão e controlo dos Serviços de Saúde», em violação flagrante do estabelecido pela Constituição e a lei.

A CGTP-IN pronuncia-se pela «defesa dos postos de trabalho dos médicos, pela abolição definitiva de todas as *taxas moderadoras* e pela aplicação do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, consignado na Constituição».

por cento para todo o investimento nacional. E essa contribuição poderia ser muito maior.

Poderia, como acentua a resolução do IV Encontro, «se não fosse toda a sorte de obstáculos, restrições, proibições e ataques impostos pelos sucessivos governos desde 1976».

### Ofensiva concertada

Desde a primeira hora que os ex-monopolistas procuraram por todos os meios reduzir a zero a importância das nacionalizações para a vida económica, política e social. A re-

sector público com um peso morto, e mesmo prejudicial, diante do que se goavam ser o desenvolvimento necessário (e onde está ele?) os governos de direita, incluindo aqueles em que participou o PS, colocavam os seus homens à frente do sector público geriam-no à sua maneira e iam, como vão hoje, a buscar os dinheiros públicos de que necessitavam.

Por exemplo, em 1980 foram transferidos do sector público e nacionalizado para o Orçamento do Estado cerca de 7,1 milhões de contos de lucros; em 1981 essa verba subiu para 12,8 milhões; no ano seguinte estavam previstos 14,8 milhões; e, segundo as pre-

## Em Almada

### Trabalhadores em atraso apontam o

A fome alastra! Isto não pode continuar!

De mão em mão, o papel era passado. Foi anteontem de manhã, em Cacilhas, Trabalhadores de várias empresas do concelho de Almada, alguns dos 10 mil com salários em atraso, distribuíam a milhares de outros trabalhadores que se dirigiam para os barcos, um documento em que alertavam para a situação dramática que, tal como no resto do País, se vive no concelho.

Depois de enumerar alguns dos mais graves aspectos da crise a que a política de sucessivos gover-

nos de direita conduziu o País, acentuando os aumentos de preços — a mentação, transportes — instalando a fome em muitos lares, e de recordar no presente Governo propositos agravar ainda mais a situação — pensões e salários congelados, aumentos de impostos, roubo do dinheiro para meio milhão de trabalhadores —, o documento distribuído, e lido abertamente por toda a população, dava uma extensa relação de empresas do concelho onde os salários não tinham sido pagos: «Lundberg» (têxtil), 7 meses de salá-

# co ções privado

ções para o Orçamento de 1983, chegar-se-ia este ano aos 32,7 milhões de contos. Como podem assim dar lucros as empresas nacionalizadas? Como podem investir? Como podem aparecer aos olhos da opinião pública com a sua cara verdadeira, se os governos têm apresentado sistematicamente como «cancros» da economia nacional, como sugadoras dos dinheiros públicos, como «asilos» para trabalhadores que «não querem trabalhar»...

Convém recordar mais uma vez, nesta altura em que a ofensiva cresce contra o sector público, com a tentativa para abrir a banca, os seguros, os cimentos e os adubos ao grande capital, que este mesmo grande capital não tem sido alheio,

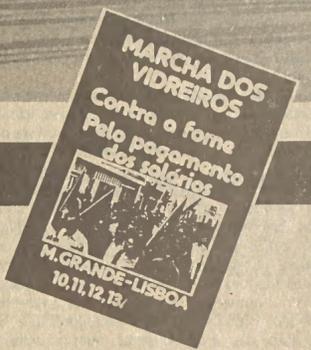
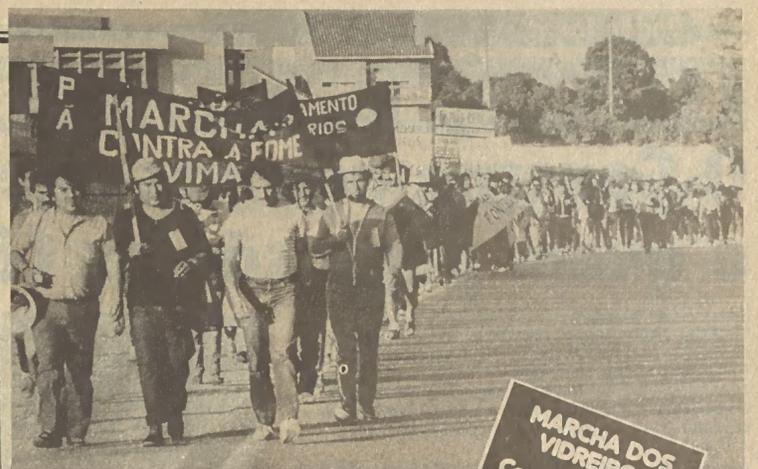
ma vez tivesse existido um qualquer plano, um programa para reestruturar o sector público e atribuir-lhe o carácter e a função nacional que deveria ter.

O plano que houve e continua a haver para a banca, os seguros, os transportes e todo o sector nacionalizado é o plano capitalista de subordinação dos interesses do País aos mesmos interesses que prosperaram sozinho durante os últimos cinquenta anos.

Foi contra esse plano que se realizou mais este Encontro de sábado no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. Aí as organizações representativas dos trabalhadores do sector público, nacionalizado e participado, com a colaboração da CGTP-IN, decidiram enviar



Solidariedade operária em todo o percurso. Uma iniciativa que reflecte a determinação de luta de muitos milhares de trabalhadores



## EMPUNHANDO BANDEIRAS DA FOME

# Vidreiros marcham de Marinha Grande para S. Bento

**Vim no lugar da minha mãe, que teve de ficar em casa a tomar conta dos meus irmãos** — informava Maria de Fátima Graça, 13 anos a espigar, olhos grandes e bonitos, um cartaz firmemente empunhado a falar da luta dos vidreiros de Marinha Grande e Fontela. Estávamos em Castanheira do Ribatejo, lugar a cinco quilómetros de Vila Franca de Xira, onde os 190 participantes da «marcha dos vidreiros» (iniciada no princípio desta semana na Marinha Grande e terminada hoje frente ao palácio de S. Bento, em Lisboa) fizeram uma curta paragem na tarde do segundo dia da sua jornada de luta. Luta contra a fome, pelo pagamento de salários, pelo direito ao trabalho, por uma política democrática e nacional como se afirmava no manifesto da marcha.

Acompanhámo-los durante algum tempo, já quase à hora do fecho desta edição. É disso que damos conta aos nossos leitores, recordando o seguinte: a «marcha dos vidreiros» de Marinha Grande e Fontela fez-se com repentantes de todas as empresas vidreiras da região, desde as encerradas às paralisadas e com salários em atraso, passando pelas únicas três que ainda vão pagando a tempo e a horas. A marcha para Lisboa seria decidida pela dramática situação em que se encontram milhares de famílias, confluindo para a grandiosa manifestação do próximo sábado, promovida pelo movimento sindical unitário, contra a gravosa política do Governo PS/PSD — o principal responsável pelo galopante agravamento das condições de vida e de trabalho dos portugueses.

Quando íamos ao encontro de «marcha dos vidreiros» pela chamada «corda de Vila Franca» — troço da estrada nacional n.º 10 que liga VF de Xira a Lisboa, bordejado quase ininterruptamente por empresas industriais — surpreenderíamos os portões encerrados da «Somapre», paralisada em luta pelo pagamento de salários em atraso, subsídios de Natal e de férias e retroactivos. À entrada, os trabalhadores empunhando bandeiras negras. E já ali a informação: os próprios técnicos da empresa — igualmente atingidos nos seus salários — manifestaram solidariedade com a luta dos restantes trabalhadores e a disposição de com eles alinhar nas suas reivindicações. A brutal política do Governo PS/PSD começa a atingir o Povo português

como nos círculos da água ferida pela pedrada...

E seriam bandeiras negras que iríamos encontrar em Castanheira do Ribatejo. De mistura com outras

vermelhas. Todas drapejando a firmeza de uma luta que, como ouvimos a muitos dos participantes na marcha, irá até onde for preciso na luta pelo pão.

A luta pelo pão. Não se trata aqui de um pão qualquer — é exactamente do pão que falta na mesa, que se trata. Que falta porque a mim já me devem 200 contos que deviam ter pago à minha mulher antes de a despedirem, e cento e tal contos a mim próprio que me devem desde Janeiro! Ponha aí o meu nome! José Carlos Pestana, 43 anos de idade, operário vidreiro da Companhia Industrial CIVE (participada em 70% pelo IPE, note bem!), pai de dois filhos, 16 e 18 anos! Nas mesmas condições estão mais 650 trabalhadores da minha empresa!

A «minha empresa». A empresa, as empresas, as muitas empresas que os trabalhadores viabilizam com a generosidade de quem não vende apenas a sua força de trabalho, mas sobretudo participa no processo produtivo com empenho pessoal, numa rota que pontua uma vida inteira: Tenho 50 anos, trabalho há 40 na «Manuel Pereira

Roldão e Filhos L.ª»; o patrão abandonou a empresa há oito meses e há dois meses e meio que deixou de pagar salários e subsídios... Estamos assim 560 trabalhadores... O meu nome? Armando Lino. 40 anos numa empresa que agora foi abandonada pelo patrão... Cambada!

Cambada. Uma corja que nos força a isto, que nos chupou o tutano e agora lá vai disto! Mas isto não fica assim! Estou aqui como vê já de pés entapados, estamos todos aqui com sacrifícios corporais e mentais — eu, no meu caso, deixei três filhas em casa, a mais velha com 13 anos, a mais pequenina com quatro e meio — mas estamos aqui! Sou operário vidreiro na FEIS — uma Empresa pública, uma empresa pública que andam a estrangular!

Houve também quem viesse pagando a alguém que lhes ficasse com os filhos, como a Maria Otília Gonçalves, 32 anos de idade, trabalhadora da limpeza na «Ricardo Santos Galo» (é uma das poucas que só deve retroactivos, até ver...). Ou quem, muito jovem e já a enfrentar o tra-

balho e as suas lutas, ali estava para o que desse e viesse. Era o caso, por exemplo, de Paulo José Jerónimo Francisco, 18 anos, a trabalhar na secção de fôrno há quatro anos (três dos quais com contratos a prazo e só há um ano efectivo), ou Paulo Jorge Jesus Rodrigues, 15 anos e há um ano a trabalhar na «lvoma», a fechar molde e a levar acima (um trabalho violentíssimo que ainda é «exclusivo» da gente mais moça); o meu turno mais difícil é das sete da noite às duas e meia da manhã, aí é que me custa mais... Mas o que mais me custa é andar a trabalhar e não pagarem.

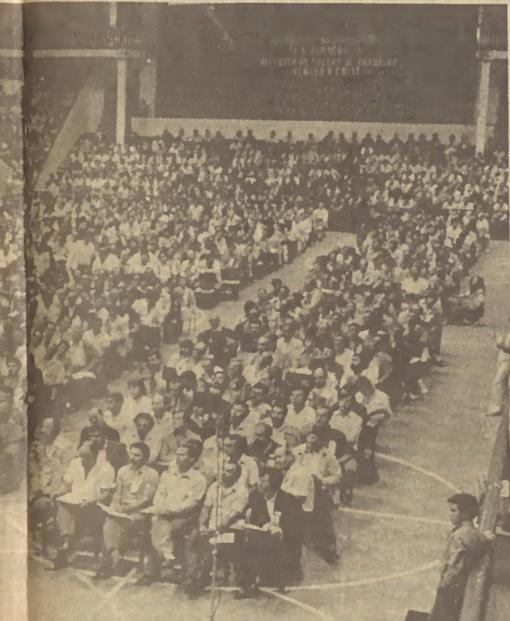
E muitos mais. Todos procurando gritar o mais alto possível o drama que enfrentam, explicando com calor as propostas que os trabalhadores fizeram, os sacrifícios que têm suportado, a vontade que os une na busca de soluções colectivas. Explicando com abundância de pormenores ou apenas vigor no gesto, todos falando com quem quer avisar, precaver os outros, mas também afirmar que fome não, isso era no fascismo!

Particularmente emocionante foi a passagem pela

empresa Tudor, em Castanheira do Ribatejo. Todos os trabalhadores de turno saíram aos portões aguardando a longa fila da marcha. Algumas operárias choravam de emoção (tem sido sempre assim desde que saímos da Marinha! Os trabalhadores saem a solidarizar-se conosco, dão-nos coisas, vêm em nós as suas próprias lutas!).

Madaleno, da Comissão de Trabalhadores da Tudor, leria uma saudação vibrante aos trabalhadores vidreiros em luta, aprovada no local por unanimidade e aclamação e assinada no «capot» de um carro, no próprio momento, pelos representantes da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical da TUDOR (baterias), no meio de grande emoção e incentivos à luta. Particularmente saudadas as palavras de ordem «Assim não pode ser, trabalhar sem receber» e «A luta continua, os vidreiros estão na rua!»

Raul Ferreira, dirigente do Sindicato dos Vidreiros, afirmando que «a fraternidade operária não é uma expressão vã», daria a melhor resposta à solidariedade dos trabalhadores da Tudor.



zões, conforme o demonstrou o Encontro

o contrário, ao modo como se tem subdesenvolvido as empresas do sector público, nacionalizado e participado. O grande capital tem lá estado. Tem estado na banca, nos seguros, em grandes empresas desenvolvidas, como a CIFA, a MDF, onde hoje se invocam dificuldades sem conta para justificar despedimentos colectivos e levar o dinheiro para outros lados.

O grande capital tem estado presente no sector público com os seus homens de confiança, a sua política de os seus governos.

De resto não se compreendia que as nacionalizações fossem o «bode expiatório» de más políticas e de más governos, se algu-

mais uma vez aos órgãos do Poder as suas resoluções e propostas para que um dos motores principais, senão o principal motor do progresso do País, não seja colocado ao serviço do desemprego em massa, do agravamento das condições de vida e trabalho de milhões de famílias da classe operária e de outras classes e camadas da população trabalhadora.

O prosseguimento da luta foi também aprovado pelo Encontro. Além da participação nas acções de massas do próximo dia 15, os delegados encaram uma acção específica, em data a marcar, com o objectivo específico da defesa do sector.

# ns com salários aminho da luta

rios em atraso; «CPP» (indústria naval), 5 meses; «Perry & Son» (indústria naval), 5 meses; «Lisnave» (indústria naval), 3 meses; «Casa Capucho» (metalurgia), 5 meses; «Vansul» (têxtil), 2 meses; «Francos» (têxtil), 3 meses; «Levitex» (têxtil), 3 meses; «Saul F. Lopes» (comércio), 4 meses; «Bernardino e Livramento» (comércio), parte dos salários de Setembro; «SRN» (indústria naval), subsídios de férias; «António Alves Ferreira» (metalurgia), salários do mês de Setembro em atraso, subsídio de férias e retro-

activos; «ENI» (indústria naval), mês de Setembro, subsídios de férias e complementares em atraso; «Sociedade Met. Galvota», subsídio de férias em atraso.

Estes são alguns dos reflexos da política do Governo de Mário Soares/Mota Pinto — sublinha o comunicado —, a única diferença entre esta política e a levada a cabo pela «AD» (de triste memória) é ser ainda mais ruinosa para os interesses do povo e do País.

O documento distribuído no conceito de Almada por brigadas de trabalhadores e

assinado pela União dos Sindicatos de Almada — CGTP-IN, desmente seguidamente a pretensa inevitabilidade desta política, afirmando que esta situação é provocada por uma acção concertada Governo/patrão que visa enfraquecer a organização dos trabalhadores e permitir a rápida acumulação capitalista à custa da fome da população mais desfavorecida.

Apontando o caminho da luta, o comunicado apela finalmente à participação popular na manifestação que vai realizar-se no próximo sábado em Lisboa.

Fundada há 9 anos, a União dos Sindicatos do Porto, actualmente com 35 sindicatos filiados na CGTP, reúne em 22 e 23 do corrente o seu I Congresso. Como noticiámos em 29 de Setembro, a USP, que tem âmbito distrital, distribuirá entretanto os anteprojectos do programa de acção para o triénio de 1983-85 e dos novos estatutos, que «não alteram as características fundamentais do movimento sindical, antes as reafirmam e reforçam, correspondendo às decisões do 4.º Congresso da CGTP-IN». As propostas de alteração aqueles anteprojectos, visto ter terminado o prazo previsto para a sua discussão, estão a ser enviadas ao secretário da União.

De acordo com a síntese do programa de acção e dos estatutos, as propostas de alteração estatutária têm por objectivos «melhorar a ligação dos órgãos dirigentes da USP/CGTP-IN aos sindicatos e, com estes, às empresas e regiões ou zonas, como passo importante da articulação de todo o movimento sindical do distrito; reforçar a importância dos sindicatos como estrutura-base da organização sindical que assenta a sua acção nas organizações sindicais de empresa, designadamente abrindo-se a possibilidade de participa-

ção dos representantes dessas organizações no Conselho Geral da USP/CGTP-IN; possibilitar o melhor desenvolvimento da acção do movimento sindical do distrito, dotando a USP com os meios financeiros necessários, através de uma quotização regular; possibilitar a capacidade de intervenção da direcção da USP/CGTP-IN nos sindicatos filiados, no plano das questões financeiras e administrativas».

### Sindicalização

Além dos 35 sindicatos filiados na USP/CGTP-IN há mais 15 com sede no Porto e 34 delegações de outros, sediados principalmente em Lisboa. Deste total, sessenta e quatro têm instalações no Porto e 59 participam regularmente nas actividades do movimento sindical unitário.

Segundo o anteprojecto de programa de acção que inclui esses números, a organização sindical no Distrito do Porto é «sem dúvida uma organização já poderosa e que tem grandes potencialidades, mas há ainda grandes carências e um difícil caminho a percorrer para o indispensável reforço do movimento sindical na perspectiva da melhoria da sua capacidade de resposta para a defesa dos

trabalhadores e do regime democrático e para a aplicação das resoluções do IV Congresso da CGTP-IN às realidades do distrito, designadamente no campo da sindicalização, no reforço da organização sindical da empresa, na reestruturação sindical, na descentralização, na organização das frentes específicas (mulheres e jovens) e na formação de quadros».

Quanto à sindicalização propriamente dita, a USP propõe-se como «tarefa permanente» a organização de campanhas de sensibilização no sentido de aumentar o número de sindicalizados, «tendo em conta sectores, empresas e áreas geográficas, bem como a experiência adquirida pelo movimento sindical; o aperfeiçoamento das formas de controlo sistemático dos níveis de sindicalização existente e das metas a atingir, designadamente nos sectores e empresas considerados prioritários na aplicação do «plano integrado»; o estudo, ajustamento e melhoria das formas de cobrança e controlo da quotização sindical; o controlo bimensal, a nível da USP, da evolução das situações de sindicalização e cobrança de quotização nas maiores empresas, estabelecimentos ou departamentos do distrito».

## Terra

### Concentrações na Reforma Agrária

A recente ofensiva desencadeada pelo Governo PS/PSD contra a Reforma Agrária, continua a merecer o repúdio dos trabalhadores agrícolas, tendo levado à realização de duas concentrações na passada semana em Évora e Montemor-o-Novo.

A iniciativa partiu do Secretariado das UCP's/Cooperativas daquele distrito e constou da distribuição de um comunicado nos cruzamentos de acesso e nas ruas daquelas localidades.

Os trabalhadores consideram inaceitável que o Governo aumente os preços e os impostos, alongando a cobertura do défice existente, e denunciaram a actuação do Executivo que, ao mesmo tempo que importa mais de 80 milhões de contos em bens alimentares, permite aos agrários terem milhares de hectares de terras abandonadas ou semi-aproveitadas. No entender dos trabalhadores há que pôr cobro a esta situação, pelo que o Executivo deveria obrigar tais terras a serem cultivadas em vez de atacar de novo a Reforma Agrária entregando aos agrários novas reservas ilegais em terras que hoje estão a produzir.

A concentração em Montemor-o-Novo foi seguida de um desfile onde se incorporam mais de três mil trabalhadores e em Évora uma delegação avistou-se com o presidente da Câmara.

### Baldios reúnem na Lousã

Representantes de 28 conselhos directivos de baldios (CDB's) do distrito de Coimbra participaram no último domingo na Lousã num Encontro-Festa que reuniu também numerosos populares da zona serrana e que ficou assinado pela determinação dos presentes em defender a Lei dos Baldios (lei 39/76).

No decorrer do Encontro — cuja iniciativa partiu do Secretariado de Baldios da Zona da Serra daquela distrito — os participantes efectuaram um balanço do caminho percorrido e apontaram algumas medidas para o aproveitamento futuro dos maninhos, como contributo potencial do desenvolvimento económico e social das regiões a que pertencem.

### CNA prepara III Encontro

O III Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal/Assembleia Geral da CNA, com data marcada para o próximo dia 13 de Novembro, está a suscitar o interesse de um número crescente de homens do campo e das suas organizações.

No seguimento dos encontros da lavoura de 1978 e 1980, a direcção da CNA considera que esta iniciativa tem sobretudo em vista a discussão dos problemas da agricultura, num clima democrático, «com serenidade e franqueza», de forma a serem encontradas soluções para o futuro da nossa agricultura.

## Poder local

## Loteamentos ilegais em debate

## O Governo não assume responsabilidades e quem paga são as Câmaras

«Bem-vindos ao diálogo» — disse, dirigindo-se aos presentes, Helder Madeira, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, na qualidade de dirigente da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, na saudação com que abriu os trabalhos das **Novas Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Ilegais**, promovidas por aquela entidade nos passados dias 7 e 8 do corrente, em Vila Nogueira de Azeitão.

Mais que uma saudação as palavras formulavam um convite, correspondiam a uma concepção do exercício do Poder Local democrático, a uma prática corrente na gestão dos municípios dirigidos por eleitos APU. O apelo foi ouvido. Pelo número e diversidade de presenças abrangendo todas as regiões do País, pela quantidade e nível das intervenções produzidas, pode afirmar-se, sem riscos, que o encontro constituiu um assinalável êxito. Doutra modo, é dizer que alcançou a tripla finalidade a que se propunha: alertar para a grave situação presente e apontar os seus responsáveis; sistematizar as reivindicações mais sentidas a apresentar ao Governo que possibilitem a resolução do problema; trocar experiências e informações entre autarquias e especialistas, quer no campo da contenção e da recuperação quer na criação de alternativas para os loteamentos ilegais.

E quem leve a oportunidade de assistir ao decorrer dos trabalhos não deixou certamente de registar o largo consenso verificado quanto à gravidade do fenómeno dos loteamentos ilegais que se desdobram em três tipos distintos (clandestinos de primeira habitação, clandestinos de segunda habitação ou de recreio e clandestinos de áreas rurais), cujas origens se situam numa incorrecta política de habitação, de uma política que impede o Poder Local de determinar o uso dos solos da sua área, da inexistência de uma política de turismo de massas e de racional ocupação dos tempos livres.

## Especuladores impunes

Como foi salientado no encontro a situação presente está à vista de quem a quiser ver. Na verdade o que se assiste é ao «mercado negro» de solos

conduzido por um punhado de especuladores impunes, e à «devastação de enormes áreas florestais e até áreas protegidas, e à destruição de solos com imediata aptidão agrícola, e à necessidade de recuperação de vastas urbanizações sem qualquer ordenamento coerente».

E aqui cabe abrir um breve parêntesis para referir o facto de que ao longo dos dois dias de debate não se ter produzido qualquer tipo de contestação às análises, às propostas, às medidas apresentadas pelas dezenas de oradores — eleitos e responsáveis autárquicos e técnicos de várias especialidades — por parte dos diversos organismos e entidades oficiais que se fizeram representar. Isto é, não se fizeram ouvir vozes que discordassem ou pusessem em causa a correcção e a justiça do essencial das posições levadas à tribuna.



Um importante contributo para a resolução de um grave problema

Assim, ao longo das Jornadas ficou claro que a questão fundamental nos loteamentos ilegais e que preocupou os presentes não é tanto a sua ilegalidade, como frisou Francisco Lobo, presidente da Câmara de Setúbal, na intervenção de encerramento (muito embora o problema da legalidade seja importante em democracia e as câmaras não possam demitir-se de garantir o ordenamento e «impôr a definição, dos usos a que pode ser sujeito o solo do seu território»), mas, acima de tudo, as consequências negativas do processo dos loteamentos clandestinos.

Com efeito, o autêntico flagelo dos clandestinos traduz-se frequentemente, entre outros aspectos, na destruição em larga escala do património natural e humanizado; na irracionalidade da ocupação do solo e dos sistemas urbanos a que o processo dá origem; nos custos inoportunos para as autarquias que a recuperação implica (ver caixa); na degradação das condições de vida e na impossibilidade de realizar investimentos para a melhoria da habitabilidade da população residente.

## Falência dos governos

Mas os participantes no encontro não se limitaram a enumerar ligeiros das consequências que resultam dos loteamentos ilegais em áreas metropolitanas, nas áreas de lazer, nas áreas rurais e em terrenos públicos. Indo ao fundo da questão, várias intervenções apontaram as grandes causas para a situação criada e puseram a nu a responsabilidade de sucessivos governos, designadamente a falência das suas políticas económicas, da política de habitação, a submissão do crescimento urbano a interesses privados e não aos interesses das populações, a falência da política de turismo e lazer, a falência da política de desenvolvimento agrícola, de desenvolvimento das regiões do interior, de apoio ao regresso dos emigrantes.

Nesta medida se compreende, pois, que apesar do enorme esforço realizado pelos municípios, não tenha sido possível atingir a resolução do problema, que em muitos casos se agravou mesmo, tornando a situação cada vez mais difícil sobretudo para as autarquias sujeitas a grandes pressões ur-

banísticas e que se vêem a braços com gigantescas tarefas de recuperação de loteamentos ainda parcialmente por executar a que se juntam as perspectivas de um futuro próximo sombrio, dados os previsíveis cortes de verbas e ainda o tremendo e desgastante esforço de esclarecimento junto das populações sobre os verdadeiros responsáveis por situações que na realidade têm a sua origem nos governos e na Administração Central.

## Inverter o rumo

Foi, pois, em face deste quadro, pode dizer-se, que houve um reconhecimento generalizado dos presentes quanto à necessidade de inverter o processo até agora dominante baseado na divisão de um terreno em lotes, construção e, finalmente, a urbanização do conjunto. Conforme salientou Francisco Lobo «há que planejar primeiro, escolhendo os locais adequados, urbanizar total ou parcialmente e só depois construir».

Mas, para isso, lembrou ainda o presidente da Câmara de Setúbal, «são necessários meios adequados até agora sonhados pelo Poder Cen-

tral», meios esses que, explicitou, passam pela aplicação integral da Lei das Finanças Locais; «pela autonomia municipal na definição e execução da política de solos; por uma legislação específica adequada, sujeitando designadamente a escritura de qualquer alienação de terrenos em avos à concordância prévia da câmara respectiva; e financiamentos extraordinários nos termos e com os critérios objectivos previstos na Lei das Finanças Locais aos municípios atingidos por grandes áreas de clandestinos, muitas vezes vindos de antes do 25 de Abril, com vista à sua recuperação».

## Trabalho inovador das Câmaras

Outro aspecto que ficou bem patente nas Novas Jornadas foi o imenso trabalho, paciente e constante, dos municípios no

## Números significativos

Segundo dados recolhidos pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas em 1977, junto das Câmaras Municipais, existiam no País para cima de 83 mil fogos construídos ilegalmente, dos quais 63 mil se situavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

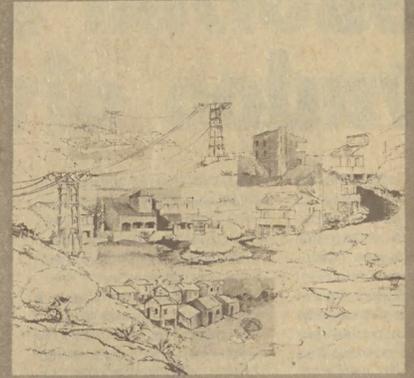
Estima-se em cerca de 15 mil o número de hectares actualmente ocupados por implantações clandestinas (loteamentos e bairros edificados) nos 16 concelhos da AML, dos quais oito mil se localizam na Península de Setúbal. Na Área Metropolitana de Lisboa estarão actualmente sob pressão da construção ilegal, no mínimo, 7500 hectares, o que, com uma densidade média de ocupação de 40 fogos/ha (moradias e pequenos prédios), permite concluir que existe uma reserva de terrenos loteados para mais 300 mil fogos e cerca de um milhão de habitantes.

domínio do planeamento urbanístico, da recuperação de bairros existentes, na contenção e na criação de alternativas. Pela voz de muitos eleitos, responsáveis autárquicos e técnicos foi possível tomar co-

## NOVAS JORNADAS SOBRE

## LOTEAMENTOS ILEGAIS

VILA NOGUEIRA DE AZEITÃO  
7 E 8 DE OUTUBRO DE 1983



Associação dos municípios do distrito de setúbal

nhocimento do enorme esforço para a legalização de numerosas construções, para a construção de infra-estruturas e de equipamentos, para a formação de associações com os moradores no sentido da gestão dos solos, para a integra-

ção dos moradores dos bairros clandestinos através de actividades socioculturais. Um trabalho, como alguém disse, «profundamente inovador no domínio do planeamento urbanístico em Portugal» mas que, significativamente, não merece qualquer tipo de cobertura de uma grande maioria dos órgãos de comunicação social cuja atenção é apenas despertada quando se trata, como foi denunciado no encontro, da «demolição de algumas construções, numa situação extrema em que todo um conceito aparece ameaçado pela gula de especuladores sem escrúpulos».

Um trabalho em que os municípios do distrito de Setúbal dão o exemplo mas, que é, afinal, a razão de ser do Poder Local democrático: servir as populações. Por isso, não foi sem uma ponta de orgulho, que na intervenção final tenha sido dito: «Ao contrário dos governos, temos cumprido com o nosso dever». Daí também, com maior autoridade, tenha sido exigida, uma vez mais, que a Administração Central faça o que lhe compete e opere uma mudança que passa por uma nova política económica, pela defesa e reforço do Poder Local e pela descentralização da política de solos.

## Um amplo debate

As Novas Jornadas, cujos trabalhos decorreram na Sociedade Perpetua Azeilonense, contaram com a presença de 327 participantes, dos quais 264 em representação de órgãos autárquicos e 63 a título particular.

O número de Câmaras Municipais presentes elevou-se a 40, estando ainda 9 Juntas de Freguesia e uma Comissão de Moradores.

Todos os distritos do Litoral do País, com excepção de Viana do Castelo e Braga, tiveram os seus representantes nas Jornadas, o mesmo já não se passando com os do interior de onde vieram presenças apenas de Beja, Évora e Portalegre.

A seguir ao distrito de Setúbal, que contou com a participação mais elevada, vem o distrito da capital permitindo desta forma cobrir toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Na qualidade de convidados assistiram aos trabalhos representantes da Secretaria de Estado da Administração Autárquica, da Secretaria de Estado da Qualidade de Vida, do Ministro da Justiça, do Ministro da Agricultura e Florestas, do Presidente da Assembleia da República, do Instituto Damão de Góis, da Direcção-Geral do Equipamento Escolar, da Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, do Fundo de Fomento da Habitação, da Associação dos Arquitectos, dos Grupos Parlamentares do PCP e do MDP/CDE, do Bispo de Setúbal, do Comando da PSP de Setúbal; da Federação das Associações de Defesa do Património (FADEPA) e ainda, pessoalmente, o Director-Geral do Equipamento Regional e Urbano, o Presidente da Reserva Natural do Estuário do Sado, o Director do Parque Natural da Arrábida, o Director de Estradas de Setúbal, o Director Regional do Equipamento, o Director Regional dos Serviços Hidráulicos e o Governador Civil de Setúbal.

## Aspectos essenciais

Se em larga medida o êxito das Novas Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Ilegais se ficou a dever, por um lado, ao trabalho preparatório que as antecederam, designadamente ao

inquérito enviado a todos os municípios do País e, por outro, à democraticidade de todo o processo, (razão esta que muito contribuiu para a presença de municípios e especialistas com experiências e opiniões diversificadas) a verdade é que o decorrer dos próprios trabalhos veio decisivamente imprimir um balanço que permitiu que todos os objectivos fossem alcançados, deixando em evidência aspectos, alguns dos quais de grande significado.

Permitimo-nos destacar três: um primeiro relaciona-se com o elevado número de presenças, entre as quais técnicos e especialistas (alguns deles pertencentes a entidades e organismos oficiais) e que não poderemos situar, propriamente, próximos da área política dos promotores da iniciativa, como bem se sabe, as treze Câmaras APU do distrito de Setúbal; um segundo aspecto, delgama forma ligado ao primeiro, diz respeito ao facto de muitos desses homens, alguns reconhecidos pela sua competência, com posicionamentos políticos diferentes, não se terem cobido nas suas intervenções de apreçar o trabalho meritório e o esforço que tem sido levado a cabo pelos municípios geridos por eleitos APU; e, por último, as dezenas de intervenções produzidas, quer pelo seu número, quer pela qualidade, facto este que levou, por exemplo, a que os trabalhos encerrassem sem que muitas comunicações fossem apresentadas por absoluta falta de tempo.

## Quem são os responsáveis

Numa intervenção centrada na necessidade de descentralizar a política de solos, Luís Sá, director da revista «Poder Local», chamou a atenção para o facto de dois anos passados sobre as primeiras jornadas, realizadas por iniciativa da Câmara do Seixal, os governos terem continuado surdos às reclamações então apresentadas, prosseguindo assim a «absurda centralização da política de solos e a dependência dos municípios em matéria de planeamento».

Uma centralização que impede os municípios de deterem o comando do processo de transformação do uso do solo, os impede de terem os poderes e meios técnicos que lhe permitam administrar verdadeiramente o seu território, ordená-lo, ra-

cionalizar o seu uso, e que está, afinal, na origem da situação de degradação presente.

Como salientou Luís Sá os municípios democráticos «lutam, planelam, debatem com as populações. Conseguem mesmo pequenas vitórias aqui e ali». Mas o Poder Local está dependente e sem autonomia, é boicotado e «todos nós, como povo e como País, somos vítimas de obsessão centralista, burocrática e paralisante».

Os exemplos que enumerou, fundamentando as suas afirmações, são a triste constatação desta realidade. Aqui ficam, ao cuidado do leitor:

— A Câmara de Vila Franca de Xira aguarda há cinco anos a expropriação de uma pequena parcela de terreno para arranjo urbanístico da vila; há quatro anos a expropriação de um terreno para uma cooperativa de habitação económica em Alhandra; há cinco anos a aprovação de medidas preventivas para esta vila. Os estudos de reconversão dos loteamentos clandestinos de Fonte Santa/Santa Eulália (Vialonga) e da Quinta da Ponte e Anexos, em S. João dos Montes, aguardam aprovação desde 1977.

— A Câmara da Moita viu indeferida a expropriação de um terreno destinado a um Centro de Dia para Idosos na Baixa da Banheira. Como fundamento, o membro do Governo a quem a expropriação foi requerida afirmou que «lhe repugnava fazer expropriações».

— A Câmara de Évora propôs em 1982, mas sem êxito, a declaração do Centro Histórico da Cidade como Área crítica de Recuperação e Reversão Urbanística.

— A Câmara de Sesimbra continua há mais de três anos a aguardar a aprovação do Plano de Ordenamento do Concelho, do Plano Geral de Urbanização da vila, do Plano Parcial de Urbanização de Santana, do Plano de Reversão da Quinta do Conde, vasta área de loteamentos clandestinos com mais de 400 hectares.

## Quanto custa uma recuperação

As dificuldades financeiras com que se debatem de um modo geral as autarquias locais — hoje uma realidade incon-

trovera — têm origem em dois tipos de causas: em primeiro lugar, na escassez dos recursos financeiros disponíveis e (ou) mobilizáveis pelas autarquias, resultado quer da não aplicação integral da Lei das Finanças Locais (só no distrito de Setúbal foram sonhados de 1979 a 1983 cerca de nove milhões de contos), quer das restrições ao crédito e das altas taxas de juro; em segundo lugar, devido ao facto das autarquias locais, particularmente nas zonas mais atingidas pela aceleração da concentração populacional, serem constantemente «pressionadas» pelas populações para a efectivação de gastos, muitas vezes volumosos, cuja responsabilidade caberia por inteiro ao Poder Central e de que são exemplo, entre outros, a construção de escolas, de centros de saúde e de centros de dia.

Ora, é justamente neste contexto da situação financeira que deve entender-se a capacidade de intervenção do Poder Local em face do fenómeno dos loteamentos ilegais.

Isto é, tal como referiu na sua intervenção Martins Francisco, técnico da Associação dos Municípios de Setúbal, a actualização das autarquias locais para fazer face aos loteamentos ilegais exige, regra geral, «volumes de investimentos completamente incompatíveis com a situação e com as actuais possibilidades financeiras das autarquias, particularmente nas zonas onde se fazem sentir maiores pressões demográficas e imobiliárias».

Nesta matéria os números e exemplos referidos por aquele técnico falam por si:

— A recuperação da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, custaria, a preços de 1983, em obras de urbanização e outros encargos, designadamente em aquisição de terrenos para implantação de equipamentos e zonas verdes, mais de três milhões de contos.

— Para a recuperação do loteamento ilegal de Foros de Catrapona — Redondos, no Concelho do Seixal, seriam necessários, também a preços de 1983, mais de dois milhões de contos.

— Recuperar as Quintas do Morgado (Fernão Ferro) concelho do Seixal, custaria mais de um milhão e cem mil contos.

## O escândalo da Torre da Póvoa

O caso já veio noticiado na imprensa e resume-se assim: o vereador a tempo inteiro e o presidente da Câmara da Póvoa de Varzim (ambos do CDS) estão a dar cobertura à construção de uma torre de 40 metros, apesar de embargada pela vereação da Câmara; como remate interessa saber que o referido vereador a tempo inteiro, Henrique Campos Cunha, tem interesses directos na construção da torre (que, aliás, está a ser construída por uma «sociedade de construções» que lhe pertence). Corrupção? Compadrio? Claro que sim — mas também uma escandalosa falta de vergonha...

A Comissão Coordenadora da Póvoa de Varzim da APU denunciaria em pormenor a tramlonice.

Tudo começaria em Maio deste ano, quando a Câmara Municipal da Póvoa deliberou (com a oposição de elementos do CDS) a suspensão da construção de uma torre de cerca de 40 metros na avenida Mouzinho de Albuquerque pela «Sociedade de Construções Campos Cunha», atá decisão dos tribunais sobre a legalidade da deliberação do anterior executivo, em licenciar tal construção. Esta decisão de suspensão (após várias tentativas de a fazer aprovar em acta «de recomendação») viria a constar da acta camarária aprovada em Junho passado.

O presidente da Câmara, entretanto, jamais executou a

decisão, apesar de solicitada para isso por vários requerimentos entrados na Câmara, nomeadamente para notificar a sociedade construtora para que parasse com os trabalhos. Estes, pelo contrário, prosseguiriam (até hoje) em ritmo acelerado. Refira-se que o vereador a tempo inteiro, Henrique Campos Cunha (CDS), tal como o seu irmão, engenheiro José João Campos Cunha, membro da Assembleia Municipal e ambos sócios da empresa construtora, tinham perfeito conhecimento da suspensão da construção decidida pela Câmara...

E a construção da torre prosseguiu, apesar de já ser conhecida a ordem de suspensão, pela empresa construtora. A vereação decidiu então embargar a obra, numa decisão

que constou de uma acta que ficou pronta para ser aprovada na última reunião de Câmara, da qual se encontrava ausente o presidente, que seria substituído pelo engenheiro Campos Cunha, que informaria que «aquela acta «não estava pronta para aprovação». O vereador da APU proporia então a aprovação do embargo em minuta, que fosse de imediato assinada pelos vereadores.

Perante esta proposta, o vereador Campos Cunha alegaria ter de se retirar da reunião porque «a matéria em causa lhe dizia respeito», pelo que a reunião não poderia funcionar validamente pois «ficava sem presidência». Explicar-lhe-iam que estava unicamente impedido de votar aquele ponto, por lei, mas podia continuar a dirigir os trabalhos e que, além disso estava presente a maioria legal dos membros da vereação, o que permitia o funcionamento do órgão autárquico. Já sem argumentos, o verdadeiro Campos Cunha abandonaria pura e simplesmente o edifício da Câmara, enquanto a maioria legal da vereação presente aprovava o embargo.

O comunicado da APU da Póvoa de Varzim que faria a denúncia deste caso sublinha-

ria que «depois de todas as manobras e expedientes usados para impedir, desde Maio de 1983, a execução da decisão camarária, a actuação do presidente da Câmara e do vereador Henrique Campos Cunha é de extrema gravidade, para além de constituir um desafio às mais elementares regras democráticas de funcionamento do executivo camarário e de, por isso, constituir clara ofensa à maioria dos vereadores que tomaram tal decisão, estas atitudes confirmam que tais senhores se servem de lugares para que foram eleitos e de importância na vida local para os utilizarem a seu bel-prazer, como se de quintas suas se tratasse».

E concluiria: «Tal actuação escandalosa tem de acabar para a moralização da nossa vida autárquica e recuperação da seriedade e imparcialidade que devem ser regras de ouro, a todos os níveis da actuação da Câmara Municipal, órgão vital para a defesa e melhoria das condições de vida de todos os povos e não aparelho privilegiado para a actuação escandalosa de alguns grandes senhores e seus compadres».

## A seca do Governo em Évora

Aos 156 000 contos necessários no distrito de Évora para combater as consequências desastrosas da seca, respondeu o Governo com... 35 000 contos — isto é, um quinto do mínimo indispensável definido pelas Câmaras do distrito nos seus estudos da situação. No caso do Concelho de Évora, em vez dos 16 800 contos necessários, atribuiu o Governo um subsídio de 4300 contos...

Mas não se pense que as coisas não foram analisadas com tempo. No passado mês de Junho as Câmaras do distrito de Évora reuniram-se para análise da situação que já então se vivia, no reconhecimento da sua manifesta incapacidade financeira para responder aos problemas criados pelo longo período de seca, que apontava para uma situação de calamidade pública. Decidiu-se, então, entre outras coisas, solicitar uma audiência ao ministro da Administração Interna para que, de acordo com o estipulado na Lei das Finanças Locais, o Poder Central concedesse auxílio financeiro às autarquias afectadas.

Não seria fácil obter resposta ministerial. Finalmente a 7 de Setembro — e após várias diligências das Câmaras — o ministro deslocou-se à Évora, onde se comprometeu a tomar medidas urgentes de combate à seca, considerando contudo impossível dispor da verba necessária, pelo que as Câmaras assentariam, posteriormente, num crédito mais restritivo, considerando apenas obras com efeito até Novembro e que não estavam contempladas nos planos de actividade camarária do corrente ano, no valor de 80 000 contos.

Nem isso... Em Conselho de Ministros deliberou-se para um subsídio de 35 000 contos.

E que se tenham, não é? Ou as populações do distrito de Évora julgam-se alguns agrários, para merecerem subsídios de jeito?

## Comissões de moradores de Lisboa com a manifestação do dia 15

A Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do Distrito de Lisboa exorta em comunicado todas as Comissões de Moradores do distrito a participarem na manifestação convocada pelas estruturas representativas dos trabalhadores no próximo sábado, dia 15, do Marquês de Pombal para o Terreiro do Paço, em Lisboa, sublinhando que «lutar pela melhoria constante da qualidade de vida das populações tem sido, e é continuará a ser o principal papel das Comissões de Moradores».

E prossegue: «Depois da esperança criada pela derrota da política da «AD» nas eleições de 25 de Abril último, vemos-nos confrontados não com a política de esperança que demonstrámos querer nas

urnas, mas sim com a continuidade da política que tínhamos rejeitado, agora mais gravosa dia-a-dia por querer do PS e do PSD».

A Comissão Coordenadora conclui sublinhando que «o País vencerá a crise trabalhando muito mais do que hoje acontece, mas isso só será possível com uma política que sirva o nosso País e o nosso Povo, dirigida por governantes em que o Povo confie».

## Loures inaugura escolas

No sentido de resolver os graves problemas existentes no Concelho no que diz respeito ao equipamento escolar, causados por um grande aumento da população estudantil, a Câmara Municipal de Loures tem vindo a abrir novas escolas um pouco por toda a sua área, num notável esforço de intervenção directa na resolução dos problemas concelhios.

Assim no passado dia 9 foi inaugurada uma nova escola primária na Portela de Sacavém, com oito salas de aulas e capacidade para 240 alunos, ocupando uma área de 8000 m<sup>2</sup>. O seu custo — 25 000 contos — foi totalmente suportado pela Câmara.

Desde o início do mês, a Câmara de Loures já procedeu à inauguração de escolas em Camarate, Santo António dos Cavaleiros, Casal do Rato (Odivelas) e na Quinta Nova (Edec). Está prevista ainda para este mês a entrada em funcionamento de mais três escolas no concelho, todas de iniciativa camarária.

Refira-se ainda a inauguração de um parque infantil também no início do mês em Santo António dos Cavaleiros, onde a Câmara investiu 3500 contos, com uma área de 1200 m<sup>2</sup>, com campos de jogos polivalentes, brinquedos e zonas verdes de lazer, beneficiando uma zona do concelho de Loures densamente povoada e bastante carenciada de equipamentos colectivos.

## Almada ausulta municípios

Realizou-se no passado dia 5 o primeiro plenário com a população do concelho de Almada para «discussão do plano de actividades para 1984». Este ciclo de plenários destina-se a, por um lado, auscultar as opiniões, propostas e críticas da população ao trabalho desenvolvido pelas autarquias, e por outro a recepção de propostas para o novo plano de actividades do próximo ano.

Participam nesta iniciativa os camaradas José Vieira (presidente da CM de Almada), Maria Emília, Eduardo Costa, António Medeiros, Carlos de Sousa e Carlos Brito (vereadores), e ainda os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho (à excepção da Costa da Caparica) e membros das Juntas.

Quanto à Costa da Caparica (Junta PSD) serão feitos plenários com a participação de candidatos APU.

Estão previstas outras reuniões com organismos unitários aos mais variados níveis.

PCP

# Encontro de Quadros do distrito de Braga aprova conclusões

Realizou-se no dia 5 de Outubro, na cidade de Braga, o Encontro Distrital de Quadros promovido pela Direcção da Organização Regional do Minho, do Partido Comunista Português, com o objectivo de analisar a situação política e as tarefas decorrentes, à luz das conclusões da recente reunião do Comité Central, bem como examinar as acções a empreender para o reforço orgânico do PCP na região, no quadro da preparação do próximo Congresso.

O Encontro, que examinou as desastrosas consequências para o Distrito de Braga e para o País da política do Governo PS/PSD, sublinhou que tal política, que agrava a dos anteriores executivos da AD, fustiga tudo e todos, beneficiando apenas os grandes capitalistas e agrários, especuladores, açambarcadores e intermediários.

Nas conclusões, divulgadas após a realização deste Encontro, sublinham-se ainda os aspectos mais graves da intensificação da exploração dos trabalhadores, com especial destaque para o problema dos salários em atraso: no distrito são já mais de dez mil trabalhadores atingidos, com particular incidência nos sectores têxtil, construção civil e metalurgia.

O documento aprovado no Encontro analisa depois a situação dos agricultores, dos pequenos comerciantes e industriais, das autarquias locais:

Os agricultores sem crédito nem o apoio indispensável de uma verdadeira política de desenvolvimento agrícola, arruinam-se sob os efeitos do brutal aumento dos factores de produção (rações, adubos, corte do subsídio do gasóleo), continuando sem preços compensadores à produção (no leite, na carne, no vinho, etc.) e aguentando ainda os efeitos do continuado contrabando de gado e da peripneumonia que tarda a ser erradicada da região.

Os pequenos comerciantes e industriais vêm diminuídas as suas vendas pela contracção do mercado interno com a redução do poder de compra; debatem-se em dificuldades crescentes com o acesso ao crédito cada vez mais difícil e caro; suportam uma lei ruinosa das rendas comerciais.

As autarquias locais a braços com uma situação financeira já aflitiva em muitos casos, decorrente da não aplicação sistemática da Lei das Finanças Locais, enfrentam agora uma séria ameaça ao Poder Local democrático, através do conhecido pacote de leis que o Governo PS/PSD se prepara para aprovar por mandato da sua submissa maioria na Assembleia da República; sofrem no seu seio, em numerosos casos já (de que é exemplo a Câmara de Guimarães), a transposição para o plano autárquico da aliança governamental PS/PSD, marginalizando os restantes eleitos e partidizando a gestão autárquica, transformando os órgãos do Poder Local em meros instrumentos dóceis da política do Governo e

traíndo o sentido dos seus mandatos eleitorais. Sucede-se os casos indiciados de corrupção, de acções ilegais ao serviço de interesse alheios às autarquias (como são os casos da Junta de Fão, das câmaras de Espôsende e Vila Verde). Assume, neste quadro, proporções de escândalo a cobertura do Governo PS/PSD ao bloqueamento da sindicância à Câmara de Braga, cuja conclusão é imperativa para defesa da própria dignidade e transparência do Poder Local.

E o documento continua, afirmando:

As populações do Minho vêm sucessivamente adiadas, passadas que são as promessas dos períodos eleitorais, a resolução de carências básicas no campo da saúde, da segurança social, dos transportes, do ensino, da habitação, da protecção do meio ambiente (com destaque para a poluição criminosa e irresponsável dos rios da região, como é o caso do rio Cávado). Atinge particular gravidade a situação existente em numerosas escolas do nosso distrito, com atrasos na abertura do ano lectivo, carências graves nas instalações, falta de funcionários, atrasos na colocação de professores, etc.

Os reformados e idosos, os deficientes, como as mulheres ou a juventude, são defraudados nas esperanças de uma vida melhor assim como no respeito pelos seus direitos e aspirações.

Sublinhando que a política do Governo está condenada ao fracasso por ser contrária aos interesses do povo e do País e por afrontar o regime democrático, as conclusões advertem:

Nem o recurso crescente a métodos autoritários e repressivos (de que são exemplos a identificação e detenção de activistas que em Famalicão faziam inscrições protestando contra a política do Governo a propósito da dramática situação que vive milhares de trabalhadores naquele concelho, e a identificação e intimidação policial a uma dirigente sindical em Barcelos); nem a manipulação descarada da Televisão, da Rádio e de muitos jornais; nem ainda o corropio demagógico de ministros e secretários que acorrem ao Distrito de Braga com os pretextos mais fúteis, conseguem escamotear e esconder o generalizado descontentamento e protestos populares contra a política do Governo.

São cada vez menos na nossa região os que ainda acreditam nas promessas do Governo PS/PSD de abundância no futuro a troco da falência de empresas, do abaixamento da produção, do desemprego de trabalhadores, da ruína da lavoura, agora.

O documento aprovado pela reunião de quadros do Distrito de Braga refere depois a concordância que mereceram as conclusões da última reunião do Comité Central do PCP e sublinhou a necessidade de ser intensificada a luta em todas as frentes contra a política do Governo.

O Encontro — afirma-se ainda no documento — saudou e manifestou a sua solidariedade activa em especial aos trabalhadores da Sotex, Vermoim, Carídes, em greve há vários meses em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, exigindo do Governo, tão cioso em invocar a lei contra os trabalhadores, que actue neste caso para repor a legalidade democrática fazendo respeitar o direito ao salário e ao emprego.

O Encontro decidiu apelar à mobilização activa de todos os comunistas, de todos os trabalhadores e democratas, para que transformem as próximas manifestações de 15 de Outubro convocadas pelo movimento sindical unitário em grandes acções de massas exprimindo o protesto popular contra a política do Governo PS/PSD e em apoio de uma política democrática.

O Encontro sublinhou a importância especial que, nas actuais circunstâncias políticas, desempenha o fortalecimento da acção unitária dos comunistas, seja através da sua actividade nas organizações de massas onde devem lutar pelo alargamento do seu carácter democrático e unitário, seja pelo alargamento da unidade e o reforço da solidariedade das lutas, seja nas autarquias locais lutando pela unidade de todos os eleitos sem discriminações ou preconceitos, na acção concreta em benefício das populações, seja pelo fortalecimento do contacto, da cooperação e da acção comum com todos os democratas, designadamente socialistas, que estejam sinceramente dispostos ao diálogo connosco para a defesa do regime democrático e a defesa do 25 de Abril.

O Encontro saudou a decisão do Comité Central de realizar o próximo Congresso do Partido no Porto. Resolveu tomar todas as medidas para a máxima participação de todos os militantes na sua preparação. Decidiu, no quadro da preparação do Congresso, avançar no reforço da organização e na dinamização da vida interna do PCP no Minho.



# Plenário de Quadros em Santarém

Realizou-se em Santarém no passado dia 5 de Outubro, um plenário de quadros comunistas do Distrito de Santarém. O plenário examinou o papel da organização do Partido nas lutas sociais a travar contra a política do Governo PS/PSD.

O plenário de quadros expressou a convicção de que todas as organizações e militantes do Partido no Distrito de Santarém, não pouparão esforços para levar por diante a grande batalha do reforço político e orgânico do PCP no distrito.

O reforço da actividade da organização do Partido e a sua ligação às massas é determinante para a vitória da democracia e o futuro de Portugal, sublinhou o comunicado emitido no final.

Bianqui Teixeira encerrou os trabalhos do encontro, debruçando-se principalmente sobre a situação política, o reforço e o papel da organização nas próximas lutas que se avizinhavam.

No seguimento deste encontro começaram já a realizar-se reuniões por todo o distrito.

# Agrava-se no Algarve a situação social

● Por detrás do «paraíso turístico» pintado pelas cores governamentais esconde-se uma realidade económica e social bem diferente — e mais negra

A política do Governo PS/PSD não só de continuidade como de agravamento da política seguida pelos anteriores governos da AD, tinha necessariamente — e é isso que se está a verificar — de se reflectir de uma forma aguda numa região como o Algarve, desde há anos a debater-se com sérios problemas de desenvolvimento e de progresso real, segundo concluiu, em reunião realizada no passado dia 5, o Plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP.

No documento de conclusões saído da reunião traça-se um significativo panorama da situação na região:

● A braços com uma prolongada seca que afecta cada vez mais a agricultura e o abastecimento regular de água às populações o Algarve continua à espera que o Governo concretize as obras dos anunciados projectos de construção das grandes barragens de Funcho-Odelouca e Beliche-Odeleite (esta em riscos de paralisar) decisivas para assegurar o desenvolvimento económico da região e o bem-estar das populações.

● As pescas aguardam do Governo a clarificação das suas posições em relação aos acordos com os espanhóis, situação que afecta particularmente os pescadores da Foz do Guadiana, bem como medidas sérias para implementar a reconversão da nossa frota e a defesa efectiva dos nossos recursos.

● A indústria conserveira apresenta em geral uma situação catastrófica, com empresas a encerrar, motivadas por falências ora reais, ora fictícias, para mais rapidamente se safarem de compromissos com os trabalhadores. À implementação, defesa e progresso desta indústria, contrapõe-se o encerramento de unidades fabris para em seu lugar se erguerem blocos de cimento voltadas para a especulação imobiliária.

● A construção civil depois de um período de um certo florescimento, apresenta hoje claros sintomas de recessão, com dezenas de obras praticamente paralisadas e empresas a reduzir drasticamente os seus objectivos.

● O turismo apesar do acréscimo de ocupação que este ano em geral se verificou na época alta, não teve a necessária correspondência no aumento de divisas entradas no País porque, entre outros aspectos, o pagamento das estadias se continua no fundamental a processar no estrangeiro, não beneficiando por isso o País e a região, como deveria, da riqueza aqui produzida.

● A agricultura continua a debater-se com os já conhecidos problemas da falta de água, com o agravamento brutal dos factores de produção, com graves problemas de escoamento de produtos, com ausência de preços compensatórios e de crédito a juro baixo para investimento ou campanha, com a inexistência de incentivos à própria exportação.

● No ensino, a juntar-se às dificuldades que persistem no funcionamento da Universidade, assiste-se, no início do ano escolar, à abertura de apenas duas escolas no ensino preparatório e secundário no distrito, a confirmar um panorama catastrófico com escolas superlotadas e sem condições de funcionamento.

● A saúde, apesar de cada vez mais cara, continua a aceleradamente a degradar-se.

## Actividades especulativas

A este sombrio panorama caracterizado como de «crise generalizada», deve acrescentar-se o desenvolvimento de uma série de actividades especulativas hoje a constituírem autênticos canais de economia paralela ou subterrânea, por onde escorrem lucros fabulosos, se foge a obrigações fiscais e se enriquece rapidamente.

A situação, sublinhe-se, afecta não somente a classe operária e os trabalhadores em geral, mas importantes sectores intermédios da população, nomeadamente pequenos e médios comerciantes e industriais vítimas da descarada protecção governamental aos grandes grupos económicos. As consequências são o endividamento crescente, as falências, o encerramento de pequenas empresas.

## Autêntico inferno

Sobre a situação dos trabalhadores, o documento pormenoriza: «Ao assalto ao 13.º mês, às pesadas cargas fiscais que

# Reunião de Quadros em Viana do Castelo

Realizou-se no passado dia 5 de Outubro, na cidade de Viana do Castelo, um encontro distrital de quadros, promovido pela Comissão Distrital de Viana, do PCP, com o objectivo de analisar a situação política e as tarefas decorrentes à luz das conclusões da recente reunião do Comité Central, bem como de examinar as acções a levar a cabo para o reforço orgânico do PCP na região, no quadro da preparação do X Congresso.

Das conclusões do referido encontro, publicamos alguns significativos excertos: As autarquias locais do distrito de Viana traduzem bem a situação de corrupção e ilegalidade deste Governo, as contradições dos partidos que o compõem. São os processos de sindicância nas câmaras de Viana e Monção, proposta dos vereadores da APU em Viana e reclamada pelos candidatos da APU na campanha eleitoral para as autarquias em Monção...

As populações do Minho vêem sucessivamente adiados projectos e obras importantes para o

desenvolvimento da região e do País, (é o atraso nas obras da barragem do Lindoso, cuja concretização está ameaçada pelo corte de verbas, é o velho projecto da ponte de Viana do Castelo.

O encontro decidiu ainda: Apelar à mobilização activa de todos os comunistas,

de todos os trabalhadores e democratas, para que transformem a manifestação de 15 de Outubro, convocada pelo movimento sindical unitário, numa grande acção de massas, exprimindo o protesto popular contra a política do Governo PS/PSD e em apoio de uma política democrática.

# DORA — plenário de funcionários e quadros

A Direcção da Organização Regional do Alentejo promove no próximo dia 25 do corrente, em Évora, um plenário de funcionários e outros quadros do Partido, para discutir tarefas ligadas ao X Congresso do PCP, tarefas resultantes da actual situação política do País e questões de organização.

# Quadros camponeses reúnem em Santarém

No Centro de Trabalho da DORSA, em Santarém, realiza-se no próximo domingo, às 9.30 horas, uma reunião de quadros camponeses, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Situação da Agricultura no distrito de Santarém;
- 2.º — O papel da Organização do Partido na luta do camponato.

# Alpiarça — reunião de militantes

Na Casa do Povo de Alpiarça, hoje, às 21 horas, realiza-se uma reunião geral de militantes com o objectivo de analisar a situação política e a organização do Partido no concelho. Participa na reunião o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

# Reunião em Tomar

Amanhã, às 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP de Tomar, com a presidência de Eugénio Pisco, membro da DORSA e do CC do Partido, realiza-se uma reunião geral de militantes, convocada pela Comissão Concelhia de Tomar do PCP, com o objectivo de analisar a situação política e social e o papel da Organização do Partido.

# Zita Seabra na Póvoa de St.ª Iria

A camarada Zita Seabra, deputada do PCP na Assembleia da República, participa na sessão de esclarecimento que vai realizar-se amanhã, às 21 horas, no Salão do Grupo Dramático Povoense, sessão promovida pela Comissão de Freguesia da Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira) do PCP.

# Plenário em Alfama

Hoje, às 18.30 horas, realiza-se no Centro de Trabalho de Alfama do PCP, um plenário de militantes que abordará a situação nas empresas e discutirá o reforço do trabalho do Partido.

# Plenário em S. João

O camarada José Bernardino, do Comité Central, participará hoje, às 21.30 horas, no Plenário de militantes da Freguesia de S. João. A reunião, que terá lugar no Centro de Trabalho de Arroios do PCP, abordará a situação política actual.

# Plenários em Benfica e Carnide

Amanhã, sexta-feira, dois plenários de militantes e amigos do PCP realizam-se na zona de Lisboa, a fim de discutir a situação política e as tarefas dos comunistas.

- Em São Domingos de Benfica, Centro de Trabalho de Sete Rios, às 21 horas;
- Em Carnide, na Sala dos «União», da Junta de Freguesia de Carnide.

# Freguesia de Benfica e Bairro da Boavista

A análise da situação política e a preparação do X Congresso do Partido são os pontos da ordem de trabalhos do plenário de militantes da Freguesia de Benfica e da Célula do Bairro da Boavista, que se reunirão amanhã, às 21 horas, no Centro de Trabalho de Benfica do PCP.

# Porto: cota em dia até ao X Congresso

Em todos os centros de trabalho do distrito, uma tarja chama a atenção dos militantes do Partido: Cota em Dia até ao X Congresso.

A questão de fundo desta campanha, e o «norte» pelo qual se devem lutar (em geral) as organizações, é de que as receltas obtidas pela via da cobrança de cotas devem bastar cada vez mais para o pagamento das despesas normais (fixas) do Partido.

As reuniões de preparação do Congresso (para discussão das teses e a eleição de delegados), as assembleias de organização já marcadas,

a próxima distribuição de novos cartões podem e devem ser orientadas também para esta discussão. Definindo objectivos e um calendário de trabalho os organismos e comissões de fundos poderão aproveitar de um maior contacto com os militantes neste período, tomando medidas para uma melhor estruturação do Partido e o aumento do número de militantes com a tarefa de cobrar cotas.

O objectivo está fixado e é suficientemente mobilizador: até ao Congresso cada militante deve ficar em dia com o Partido.

# Assembleia de Organização na Freguesia de Gondomar

Decorreu no passado fim-de-semana a 2.ª Assembleia de Organização de Rio Tinto que teve lugar na Escola Preparatória daquela freguesia de Gondomar. Realizado um balanço crítico da actividade desenvolvida, assinaladas as potencialidades existentes no campo das autarquias, do movimento de mulheres, etc, diversas intervenções dos delegados presentes puseram ainda em foco as questões actuais em relação às quais se dirige a actividade dos comunistas de Rio Tinto: a manifestação do próximo dia 15, os problemas dos trabalhadores nas empresas, a luta pela Paz.

a nova Comissão de Freguesia que fica agora composta por 42 elementos a quem competirá desde agora a responsabilidade de dirigir e levar à prática o plano de actividade aprovado.

Nesta Assembleia participaram António Lima, da Comissão Concelhia de Gondomar e Teresa Lopes, da DORP que interveio sobre a situação política.

## Valbom

Realizou-se no passado dia 8, numa colectividade local, a

2.ª Assembleia da Organização de Valbom/Gondomar.

Os comunistas de Valbom fizeram o balanço do trabalho da organização e da actividade do Partido nas empresas e no movimento popular e elegeram 23 camaradas para a Comissão de Freguesia.

Nas conclusões foram aprovados documentos sobre tarefas e objectivos imediatos e sobre tarefas fundamentais para dinamizar a actividade do Partido em ligação à população e aos trabalhadores, em especial das empresas da freguesia.

# Reuniões em Almada

A Comissão Concelhia de Almada do PCP, reunida no passado dia 7 do corrente, com a presença dos camaradas Carlos Ramalho e João Bernardino, da DORS e do Comité Central, analisou a situação política e social no concelho, emitindo no final um comunicado onde sublinha a grave situação vivida por mais de 10 mil trabalhadores cujos salários se encontram em atraso. A Comissão Concelhia de Almada, no mesmo comunicado, manifesta a total solidariedade dos comunistas no concelho à luta dos trabalhadores e apela à participação da população na

manifestação do próximo sábado.

No dia seguinte reuniu-se a Comissão de Freguesia da Costa de Caparica do PCP, tendo sido analisada e discutida a situação da organização, o plano de reforço do Partido e a situação social e política.

No passado fim-de-semana teve lugar um curso ideológico em Almada, no qual participaram camaradas da organização local de Sobreda de Caparica. Foram abordados os temas: o Partido, classes e luta de classes, Filosofia, Movimento Comunista Internacional e a Luta pela Paz e, ainda, a Revolução Portuguesa.

Promovido pela Comissão Local do Castelo do PCP realizou-se no passado dia 4, no Jardim do Castelo, em Almada, uma iniciativa política que contou com a participação de mais de 80 pessoas. Foi analisada a situação política actual e as propostas do PCP e projectado um filme.

A Comissão Local das Torcadas do PCP promoveu no passado dia 30 de Setembro, no Clube Estrelas das Torcadas, em Almada, uma sessão de esclarecimento sobre a situação política, seguindo-se a projecção de um filme. Participaram mais de 60 pessoas.

## Internacional

# Chade Um impasse na guerra ou a caminho da paz?

A situação no Chade foi o tema principal da décima cimeira franco-africana que na semana passada reuniu em Vittel, na França, 37 delegações de países francófonos, incluindo 20 chefes de Estado.

Os trabalhos desta cimeira, cujos participantes foram particularmente cautelosos nas declarações feitas, primaram pela procura do consenso não só no que respeita à guerra no Chade, mas igualmente no tocante ao auxílio económico tão necessário aos países africanos.

Em relação ao Chade a única conclusão, se de conclusão se trata, que merece a pena salientar é a de que todos parecem ter descoberto enfim que um conflito que dura há mais de vinte anos não se resolverá pelas armas, mas pela negociação pacífica.

As motivações que levaram as 38 delegações presentes em Vittel, incluindo a França, a aceitar aquele facto não serão certamente as mesmas para cada um deles. Mas se se excluir a possibilidade de uma ainda maior internacionalização da guerra do Chade, que mesmo assim não garantiria a liquidação das forças do Governo de Unidade Nacional de Goukouni Oueddei (GUNT), não existe outro caminho que o das negociações para pôr termo a uma situação que ameaça tornar-se altamente perigosa para todas as partes envolvidas.

Não se trata propriamente da descoberta do ovo de Colombo. Numa conferência de Imprensa realizada em Trípoli no final de Setembro, o presidente do GUNT havia já manifestado a disposição de negociar directamente com Hissène Habré sem condições prévias. Quero reafirmar, disse, a vontade do GUNT e sobretudo do povo mártir do Chade, de resolver a crise a que chamamos drama chadiano pela via das ne-

gociações e não pela das armas.

Esta determinação, anunciada num momento em que apesar do todo o auxílio externo da França, do Zaire e de mercenários de toda a espécie Habré não consegue impedir o seu precário poder de deteriorar-se, revela um elevado sentido de responsabilidade nacional por parte do GUNT e não, como certos sectores procuram fazer crer, um sinal de fraqueza.

Como alertou o presidente do GUNT, se os esforços de restabelecimento da paz falharem recomencemos a luta. (...) **Nenhuma força estrangeira nos impedirá de prosseguir a nossa luta e de vencer se o chefe das FAN (Habré) fechar a porta a qualquer solução pacífica. Ele deve saber que o tempo joga a nosso favor.**

Um alerta ao actual presidente de N'Djamena, mas também a Mitterrand, cuja política de crescente envolvimento no conflito chadiano se está a transformar numa arma de dois bicos que a nível interno desagradava cada vez mais aos franceses.

**Na expectativa da paz**

O apoio declarado da direita francesa à política externa de Mitterrand não pode deixar de



Pára-quadristas franceses, armas francesas, belgas, zairenses e até camuflagens norte-americanas eludam quem apoia quem no Chade e quem tem estado empenhado na internacionalização de um conflito cujas raízes são essencialmente nacionais e como tal deve ser resolvido



tornar-se incómoda para um governo que se pretende socialista. Ser aplaudido por semelhantes sectores é o indicio mais claro de que se trilha o caminho errado.

O governo de Paris tem cometido muitos erros em relação ao Chade. Como o próprio Mitterrand já reconheceu, o envolvimento militar francês excede neste caso em muito o acordo de 1976, que prevê apenas o envio de pessoas «necessárias para a organização e instrução das forças armadas do Chade».

É aquele mesmo acordo, que o presidente francês não se mostrou interessado em cumprir quando em 1982 o governo legal de Goukouni Oueddei foi atacado pelas forças de Habré, é muito claro ao estabelecer que a França de modo algum participará directamente na execução de operações de guerra, de manutenção ou de restabelecimento da ordem ou da legalidade.

A França violou da pior maneira o seu próprio acordo com o Chade, assumindo naquele

país uma posição tão claramente neocolonial que se tornou vulnerável a todas as críticas. E ao invés de permitir a resolução de um velho conflito interno apenas contribuiu para o agravar. Resta saber como Mitterrand procurará agora que parece ter-se dado conta disso salvar a face sem agravar ainda mais a situação no Chade.

Ao ceder à diplomacia o lugar até agora ocupado pelas armas, as partes envolvidas no conflito chadiano prepararam-se para percorrer um caminho difícil onde o tempo é a arma mais poderosa.

A história passada do Chade, onde os confrontos estiveram sempre presentes, conheceu apenas um curto período de precário equilíbrio quando se conseguiu a maior aliança até então possível, a que levou à formação do Governo de Unidade Nacional presidido por Oueddei. Ao romper o equilíbrio, Habré não só reabriu as velhas feridas do país como agravou a radicalização de forças.

Com posições demarcadas no Chade, o GUNT e as For-

ças Armadas do Norte, de Habré, não poderão eternizar os sangrentos confrontos entre si. A pauperização do país é um dado tão real que não pode deixar de ser pesado na balança das negociações, quanto mais não seja pelo enfadamento que em última análise representa ao estrangeiro.

Ao reconhecer ainda que indirectamente os erros cometidos, Mitterrand visa passar o principal papel das negociações para a Organização de Unidade Africana. Sem esquecer as dificuldades da OUA ou por as ter bem presentes? Com a imposição de condições ou sem elas? Definindo os participantes nas negociações de paz ou deixando isso aos próprios chadianos? Visando que objectivos?

Estas algumas das questões a que os diplomatas terão agora de responder, antes que de facto a paz chegue ao Chade. Se o precário cessar-fogo entretanto conseguido sobreviver ao desespero de Habré ver o Poder fugir-lhe das mãos. É que o tempo joga a favor de Oueddei.

## COREIA DO SUL

# Um atentado que serve os EUA

A notícia do atentado bombista que vitimou no domingo na capital da Birmânia pelo menos onze membros do governo reaccionário da Coreia do Sul serviu, como era de esperar, de mais uma acha para a fogueira do anticomunismo.

Ainda os mortos e os feridos estavam a ser contados e já fontes oficiais sul-coreanas afirmavam em Seul que os autores do atentado eram «agentes da Coreia do Norte».

O atentado de Rangum registou-se junto ao mausoléu dos mártires, em cujo telhado teria sido colocada a bomba, e só não vitimou o ditador da Coreia do Sul devido ao ligeiro atraso com que este chegou ao local onde estava prevista uma cerimónia de homenagem, no âmbito da sua visita oficial à Birmânia.

A prontidão com que a República Democrática da Coreia foi acusada responde em certa medida à principal das questões que o acontecimento coloca: a quem serve?

Para além do próprio povo sul-coreano que a nível interno desenvolve a sua luta contra a ditadura e que obviamente não necessitava de esperar por uma deslocação à Birmânia para atacar contra a vida do general Too Hwan na eventualidade de o pretender fazer, os

apoio dos Estados Unidos a quem o exerce desde que continue a defender os seus interesses.

Recuando um pouco na história recorda-se as boas relações que existiam em 1979 entre o então presidente Park e Carter, que em visita a Seul garantiu que o armamento nuclear e as forças aéreas e navais ali estacionadas permaneceriam fiéis à defesa da ditadura sul-coreana.

O facto não impediu que nesse mesmo ano, em Outubro, Park fosse assassinado pelo chefe dos seus próprios serviços secretos numa manobra a que a CIA não foi estranha. É a partir daí que se regista a ascensão do general Too Hwan que igualmente com o apoio dos serviços secretos norte-americanos ganha a luta pelo Poder. Em Dezembro de

-americano, Too Hwan organizou em Fevereiro de 1981 uma mascarada eleitoral que o transforma em presidente efectivo. Para satisfazer os melindres norte-americanos no tocante aos direitos humanos, o presidente Hwan levanta o estado de sítio em que a Coreia do Sul vivia há 33 anos e activa em seu lugar a mais feroz repressão interna.

Aparentemente, os Estados Unidos não tinham razão de queixa deste aliado que permitia a utilização do território sul-coreano como entreposto de vendas de armas aos países da região, de base de agressão aos países progressistas e de permanente fonte de tensões com a Coreia do Norte.

Acontece no entanto que a deterioração da situação interna na Coreia do Sul encerra em si própria os germes da destruição, do descontentamento generalizado e da luta pelo Poder. Com uma dívida externa superior a 20 000 milhões de dólares, uma inflação desenfreada, o desemprego crescente, a corrupção a todos os níveis e uma desestabilização tão grande que as próprias multinacionais retraíram os seus investimentos, a Coreia do Sul reúne todas as condições para se tornar alvo de todos os tipos de oportunismos.

Golpes e contra-golpes, desde que não ponham em causa os interesses de Washington, servem sempre o imperialismo.

A rapidez com que se sucedem acontecimentos estranhos não deixa margem para duvidar que a mão da CIA anda por muito lado. Foi o avião sul-coreano que violou o espaço aéreo soviético e foi conduzido deliberadamente para o abate; são os anúncios de fontes não identificadas sobre o fornecimento de armas soviéticas a este ou àquele país que levam os EUA à pronta resposta de reforçar as posições bélicas que detêm seja no Médio Oriente seja na América Latina; são os atentados à bomba como o de Rangum prontamente atribuídos às forças progressistas da Coreia do Norte.

São demasiadas coincidências para se pensar que são mesmo coincidências.



A repressão é uma constante nas Filipinas

Únicos a quem beneficia este atentado são os que cobijam ocupar o lugar do ditador e o imperialismo norte-americano.

A luta pelo poder ditatorial não é nenhuma novidade na Coreia do Sul, como o não é o

1979 assume o comando do exército, em 1980 torna-se chefe da polícia secreta (cuja sigla, só por curiosidade, é KCIA) e em meados do ano faz-se «eleger» presidente interino. Sempre com o auxílio norte-

# PAZ E INTERESSE NACIONAL DUAS FACES DA MESMA BATALHA

## • A «mão» de Moscovo e a luta dos povos

É costume da administração Reagan — e não só — afirmar que tudo o que por esse mundo se passa de desfavorável aos interesses do imperialismo, é obra de «agentes de Moscovo». Uma visão (ou uma deliberada deformação propagandística) dos factos, que não só nega a própria realidade da acção de massas, da evolução dos factos e da História, como leva à distorção da relação entre o interesse nacional e o interesse comum dos povos — que não do imperialismo —, passando à categoria de «agentes» do estrangeiro aqueles que, em cada país, defendem opções que ferem os interesses do capital.

No confronto com a prática quotidiana tal teoria tem entretanto séria dificuldade em manter-se de pé. Põem embora as também quotidianas injeções propagandísticas.

Basta talvez pensar um pouco e ver com olhos de ver.

● Por exemplo, na semana passada, o Congresso do Partido Trabalhista britânico, insuspeito de dependência para com o movimento comunista internacional, aprovou por maioria a opção de desarmamento nuclear unilateral da Grã-Bretanha, o que se traduz num compromisso, caso se registre um regresso ao Poder, de acabar com as bases nucleares — e mesmo não nucleares — dos EUA em território da Grã-Bretanha, assim como com todo o arsenal nuclear britânico.

● Todas as reuniões regionais do SPD — partido social-democrata da RFA, membro destacado da mesma Internacional Socialista

vozes discordantes: 14 votos contra e 12 abstenções. Os social-democratas alemães-federais, dinamarqueses, holandeses, britânicos e gregos apresentaram uma emenda — recusada embora — em que se pedia o adiamento da instalação dos mísseis de médio alcance, para assim abrir

passo a uma conclusão positiva das negociações.

● E podemos ainda referir um exemplo que nos vai entrar portas dentro este fim-de-semana. Numa conferência sobre a paz organizada pela Juventude Socialista, estará presente a União Internacional das Juventudes Socialistas que,

no seu último congresso, realizado em Julho, aprovou um documento (bem diferente do divulgado pela JS, diga-se de passagem) em que claramente é atacada a política da administração Reagan e se recusa a implantação dos novos mísseis norte-americanos na Europa.

● Por último — para percorrermos numa escala de gente insuspeita de ser «vítima» dos «agentes de Moscovo», vale a pena referir a afirmação inserida num documento do Ministério de Defesa do governo de Thatcher, citado pelo «Financial Times», de que o aumento real das despesas militares nos países da

NATO é muito superior ao dos países do Pacto de Varsóvia.

Difícil é admitir tão-pouco que todos estes sectores políticos estejam a ser «manipulados», ou que 75% da população da RFA ou da Grã-Bretanha assumam posições que vão contra o interesse nacional dos seus países.

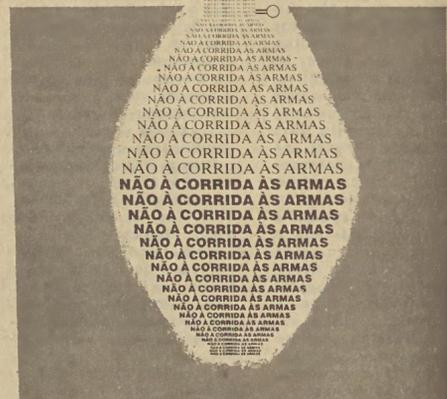
A verdade é outra.

**Nunca, como hoje**

Nunca como hoje foi tão forte e tão evidente, a ligação entre os interesses dos povos a nível internacional e nacional.

Pela própria internacionalização da vida e dos problemas. Porque a paz é finalmente possível e o holocausto a «alternativa» — ameaça a que um sistema condenado pela História admite recorrer. Porque entre paz, luta de libertação, batalha pela democracia e as liberdades, e naturalmente pelo socialismo — ou seja, pelo futuro —, o laço é indissolúvel.

«Querem que vamos aceitando como "natural" a ideia de que a guerra será inevitável. Que será uma guerra nuclear mais ou menos "limitada". E que isso seria da inteira responsabilidade dos países socialistas — que não queriam negociar, porque seriam inflexíveis — e dos povos, que teimam em enfrentar os regimes opressores fascistas, títeres do imperialismo, num combate aberto e crescente», destaca-se no jornal do Partido Comunista da Argentina, «Que Pasa». E alguns factos actuais são destacados: Nas últimas semanas a propaganda de Washington intensificou esse «trabalho». Reagan condenou directamente a Nicarágua sandinista, culpando-a de todos os males da América Central. Gritou



contra Cuba socialista e ameaçou com acções directas contra a ilha da Liberdade. Ordenou o desembarque de tropas, com tanques e aviões para massacrar os libaneses, numa reedição da operação genocida de Shatila. E lançou uma densa cortina de fumo em torno da operação de provocação e espionagem desencadeada no extremo-orientes soviético por aviões norte-americanos, simulando desgosto pelas vítimas do avião sul-coreano que os próprios utilizaram para espionar e provocar as defesas da URSS.

«Porquê tudo isso, tão próximo, precisamente agora, em meados de Setembro?»

A resposta é simples. Os factos são claros. E mostram essa íntima ligação entre o provocar de tensões a nível nacional e regional, os esforços para esmagar a acção libertadora dos povos e a corrida aos armamentos, os planos — já em concretização parcial — da colocação dos novos mísseis nucleares na Europa.

Isso mesmo é também recentemente realçado pelo Partido Comunista de El Salvador que, em Apelo pelo reforço da luta pela paz, afirma: «o risco de um confronto nuclear, que ameaça destruir a vida no planeta, aumenta com a corrida armamentista da administração Reagan». Uma prova de aventureirismo



«Queremos paz, queremos paz» — foi a palavra de ordem mais repetida, ao passar frente à embaixada dos EUA em Moscovo, pela multidão de moscovitas, participantes numa das cerca de 50 marchas pela paz realizadas em Moscovo no primeiro fim-de-semana de Outubro, e que iam desembocar em sete pontos de concentração. Em todas estas concentrações, muitas centenas de milhares de soviéticos, aprovaram uma resolução em que se afirma: «Estamos solidários com todos os que lutam no mundo, independentemente das suas convicções políticas, religiosas ou morais, contra a corrida aos armamentos, e estendemos-lhes a nossa mão amiga. A nossa palavra de ordem é: não a novas armas, recusamos os arsenais existentes».